



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA
NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA E LITERATURA:
Decifrando a Paisagem dos Mocambos do
Recife

Maria Amélia Vilanova Neta

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestrado em Geografia

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

Rio de Janeiro
2005

GEOGRAFIA E LITERATURA:
Decifrando a Paisagem dos Mocambos do Recife

MARIA AMÉLIA VILANOVA NETA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa

Rio de Janeiro
2005

GEOGRAFIA E LITERATURA:
Decifrando a Paisagem dos Mocambos do Recife

MARIA AMÉLIA VILANOVA NETA

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia

Aprovada por:

Prof. Roberto Lobato Corrêa _____ -
Orientador (Doutor, PPGG/UFRJ)

Profa. Zeny Rosendahl _____
(Doutora, Departamento de Geografia-
Nepec/UERJ)

Prof. Scott William Hoefle _____
(Doutor, PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro
2005

Neta, Maria Amélia Vilanova

Geografia e Literatura: Decifrando as Paisagens dos
Mocambos do Recife / Maria Amélia Vilanova Neta. Rio de
Janeiro: UFRJ/PPGG, 2005

116p., 1 vol., il.

(Dissertação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Geociências, PPGG, 2005. Orientador: Roberto
Lobato Corrêa

1. Geografia Cultural 2. Paisagem 3. Recife 4. Mocambos
5. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PPGG

I. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ. II. Título

AGRADECIMENTOS

*A meus pais, Ari e Bia, e a minha irmã Amanda,
com quem aprendi que a vida é bela, colorida e feliz
como o entardecer de domingo no Alto da Sé em Olinda.*

Agradecer é sempre um ato nobre, pois significa reconhecer a contribuição de algumas pessoas à sua lida diária e, muitas das vezes, exaustiva.

Nesses dois últimos anos, dediquei-me quase que exclusivamente à elaboração da Dissertação de Mestrado que agora apresento a vocês. Foi um período corrido, repleto de tarefas, de escolhas difíceis, e de exigências que muitas vezes ultrapassaram minhas possibilidades de raciocínio e de ação. Por isso, agradecer se torna também um gesto de humildade em relação àqueles sem os quais a ‘gestação’ dessa Dissertação se tornaria tarefa muito mais difícil.

Agradeço imensa e infinitamente a meus pais, Ari e Bia, e a minha irmã Amanda, pelo apoio que me deram e me dão a cada momento de minha vida. Agradeço por me ensinarem a cada dia que é possível vencer as dificuldades e ultrapassar qualquer obstáculo rumo aos nossos objetivos. Sem eles, certamente a vida seria menos bonita e feliz. Amo vocês.

Sou também imensamente grata ao professor Lobato, pela impecável orientação que me concedeu nesses dois anos. Certamente as palavras serão poucas para expressar a admiração que tenho por ele, que me ensinou muito mais do que desenvolver um projeto de pesquisa. Com ele, aprendi a importância da ética profissional, que significa saber dosar humildade e auto-confiança e ter sempre em mente que o conhecimento é algo ilimitado.

Agradeço também à professora Maria Célia, com suas provocações sobre o tal do ‘objeto construído’ de pesquisa – com o qual, admito, quase tive pesadelos horríveis! Suas colocações sempre coerentes me ensinaram que temos que ultrapassar o empírico e nos preocuparmos em realizar uma

pesquisa verdadeiramente geográfica. Agradeço também à Maria Célia pelo apoio concedido quando da preparação de minha viagem de pesquisa. Sem sua insistência quase que diária para que o processo de pedido de recursos para a viagem fosse aceito, certamente eu não teria conseguido concluir meu cronograma inicial de atividades. Muito obrigada!

Agradeço também aos amigos de sempre, começando por meu querido tio Antônio. Obrigada por me hospedar em sua casa durante minhas estadias no Recife para realizar minhas pesquisas, por todo o carinho e toda a preocupação que tem com ‘seu bebê’. Agradeço também pelo envio freqüente de material sobre o Recife, o que certamente contribui para que eu continue encantada por essa cidade. Aliás, ‘a culpa’ desse meu encantamento é toda dele. Valeu, tio!

Também quero agradecer pela paciência que todas as amigas e amigos tiveram comigo durante esses dois anos, compreendendo minhas ausências e minhas inquietações e me incentivando constantemente: à Patrícia, à Flávia, à Alcinéia, à Ana Paula, à Márcia, à Edilene e à Simone (o clube da Luluzinha) e ao Sérgio, ao Décio, ao Antônio e ao João; aos meus compadres Adilson e Verônica e aos meus afilhados Lucas e Letícia. Obrigada pelo carinho, gosto muito de vocês!

No grupo das amizades mais recentes, agradeço aos companheiros e companheiras da pós-graduação, mestrandos ou doutorandos – à Monica, à Patrícia, à Kelly, à Isabela, ao Frederico, à Elis (obrigada pelo material trazido da USP e ao Pedro (a quem agradeço pelas conversas e pelas referências bibliográficas). A convivência com vocês, mesmo que curta, foi muito importante e certamente contribuiu muito para a realização de meu curso de Mestrado e dessa Dissertação.

Gostaria também de agradecer à Anna Paula ‘Risoflora’, com quem pude trocar ‘muita figurinha’ sobre o Manguêbeat e sobre o Recife – aliás, Anna, você está quase recebendo o título de cidadã recifense! Por conta de nossos temas de pesquisas de Mestrado serem semelhantes, acabei conquistando mais uma amizade. Obrigada por todas as indicações de pesquisa que você me deu, Anna.

Finalizando, devo dedicar algumas linhas a agradecer àqueles que me receberam tão bem nos locais onde fiz minha pesquisa bibliográfica no Recife. Agradeço primeiramente ao professor Jan Bitoun, com quem conversei rapidamente, mas que fez colocações valiosíssimas para a orientação de minha pesquisa. Agradeço pela atenção dos funcionários das bibliotecas Central e do CFCH da UFPE, dos funcionários da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e das funcionárias da URB-Recife – à Dione do DPUR, que forneceu o manual do PREZEIS, e à Aurelina do DPV, responsável pelas fotografias apresentadas na Dissertação. Sem o conhecimento profissional de cada um deles, certamente alguns materiais que pude coletar passariam despercebidos por mim. Muito importante para minha pesquisa foi a disponibilidade da Dione e da Aurelina em tirar minhas dúvidas sobre alguns temas que apareceram na minha pesquisa. Obrigada mesmo.

Agradecer significa, enfim, compartilhar minha felicidade nesse momento tão importante de minha vida, em que fecho mais um ciclo – e certamente, começo outros e outros e outros... A todos vocês que estiveram presentes em minha vida durante esses dois anos, com suas sugestões e palavras de apoio, meu muito obrigada! Vocês certamente foram para mim de uma importância imensa: estimulantes como o som do

maracatu nas ruas do Recife Antigo, tranquilizantes como o verde do mar pernambucano visto do Marco Zero do Recife, confortantes como a brisa noturna que sopra por sobre as pontes do Capibaribe... Enfim, essa conquista é um pouco de cada um de vocês também. Obrigada.

RESUMO

NETA, Maria Amélia Vilanova. Geografia e Literatura: Decifrando a Paisagem dos Mocambos do Recife. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia)

As paisagens apresentam uma dimensão simbólica que lhes tornam passíveis de diversas formas de representação e de interpretação. Nossa pesquisa consiste no estudo de uma paisagem específica – a dos mocambos da cidade do Recife – por meio da análise geográfica de um meio especial de representação: o texto literário. Dessa maneira, resgatamos algumas contribuições às reflexões sobre as relações entre Geografia e Literatura, tema não usualmente privilegiado no Brasil, mas que se constitui em uma linha de pesquisa consolidada na Geografia internacional. Argumentamos que os textos literários elaborados por Josué de Castro, médico e cientista social, e Chico Science, cantor e compositor, acerca da paisagem urbana dos mocambos, revelam uma representação espacial da cidade do Recife que poderá contribuir para o pensar sobre essa cidade, especialmente no que se refere à crise habitacional que lhe é característica. Ao recorrermos a características do texto literário, tais quais os elementos da estrutura do romance e as metáforas, podemos perceber que as interpretações dos referidos autores também nos possibilitam pensar sobre o espaço urbano das grandes cidades, e que, dessa maneira, suas obras retratam algumas das principais problemáticas presentes nas principais metrópoles brasileiras. O mocambo assume, dessa maneira, a condição de sinédoque, visto que, por meio dele, Josué de Castro e Chico Science constroem uma representação da cidade do Recife que é também uma representação de outras cidades, interligando, assim, o particular e o geral, o lugar representado pelas vilas de mocambos e o espaço das grandes metrópoles subdesenvolvidas.

ABSTRACT

NETA, Maria Amélia Vilanova. Geografia e Literatura: Decifrando a Paisagem dos Mocambos do Recife. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia)

Landscapes have a symbolic dimension that make them susceptible to several representations and interpretations. Our reserch is a study of an especific landscape – that of Recife's mocambos – through the geographical analysis of a special way of representation: that of the literary text. In this way, we get back some contributions to the reflections about the relashionships between Geography and Literature, theme not usually privileged in Brasil, in spite of its development on international Geography. We argue that the Josué de Castro's and Chico Science's literary texts about the mocambos's urban lanscape, reveal a spacial rpresentation of the city of Recife, that can contribute to the thinking about this city, especially about its characteristic housing crisis. When we turn to the features of the literary text, such as the elements of the novel's structure and the methaphors, we realize that the considered authors's interpretations make us think about the big cities's urban space, and, so, their texts depict some of the problems of the principal Brazilian's metropolis. The mocambo assume, this way, the condition of the synedoque, because it express, on Josué de Castro's and Chico Science's texts, a representation of the city of Recife that is, also, a representation of other cities, linking, therefore, particular and general, the place represented for the mocambos's vilas and the space of the big and underdeveloped metropolis.

ÍNDICE DE MAPAS

	p.
Mapa 1 – Localização dos Morros e da Planície da RMR	11
Mapa 2 - Principais Rios da Planície do Recife	12
Mapa 3 – Cidade do Recife – Área Construída em 1906	18
Mapa 4 - Região Metropolitana do Recife	21
Mapa 5 – Localização das Principais Favelas da RMR	28

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Favela Entra Apulso – Boa Viagem (Março de 1997)	29
Foto 2 – Subida da União - Macaxeira (Outubro de 2002)	29
Foto 3 – Roque Santeiro - Coelho (Janeiro de 2000)	31
Foto 4 – Caranguejo - Afogados (Março de 1997)	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I – O MOCAMBO E A CIDADE DO RECIFE	8
1 - A Cidade e a Crise Habitacional	9
2 – A Natureza do Mocambo	2
2.1 – Alguns Apontamentos Teóricos Sobre a Natureza do Mocambo	32
2.2 – A Intervenção do Poder Público	35
II – CONSTRUINDO A PESQUISA	42
1 - Geografia e Literatura	43
1.1 – A Dimensão Simbólica da Paisagem	44
1.2 – Geografia e Literatura	47
1.2.1 – Literatura, um Tema Geográfico	47
1.2.2 – Da Natureza do Texto Literário às Contribuições Teóricas	51
2 - A Escolha dos Autores e os Caminhos da Interpretação	59
2.1 – Josué de Castro, o <i>Josué do Manguê</i>	61
2.2 – Chico Science, o <i>Mangueboy</i>	67
III – O MOCAMBO E SUAS INTERPRETAÇÕES	73
1 - Os Mocambos de Josué de Castro	74
1.1 – Mocambo: de Esconderijo a Habitação Popular	76
1.2 – O Viés Possibilista na Representação do Mocambo em Josué de Castro	83
2 – Os Mocambos de Chico Science	86
2.1 – Visões de Uma Cidade Cindida e a Salvação Cultural	90
2.2 – A Problematização do Mocambo e o Mimetismo Homem-Caranguejo	96
3 – De Josué de Castro a Chico Science, a Permanência do Mocambo	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Geografia e Literatura: o Mocambo-Sinédoque de Josué de Castro e Chico Science	105
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

“Os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam”.

(Paul Claval, 1999)

A cidade do Recife é uma metrópole regional nordestina, capital de uma região metropolitana que apresenta, conforme dados do Censo 2000, uma população atual de 3.337.565 habitantes. Sua evolução urbana associa-se intimamente à importância que logo viria a desempenhar na produção e comércio internacional de açúcar sob a direção holandesa, conforme nos aponta, entre outros, CASTRO (1954). Logo, as atividades agrícola e portuária transformariam o Recife na principal capital do Nordeste, papel que a cidade passaria a exercer já no século XVIII (SINGER, 1968). No entanto, o êxodo rural, reflexo da modernização do campo, associado à estagnação do setor produtivo urbano, reflexo tanto da reorganização do comércio internacional quanto da nova divisão inter-regional do trabalho no Brasil, configuram um quadro cuja contrapartida será a ‘inchação’ populacional da cidade (MELO, 1985). Neste sentido, falar da evolução urbana do Recife implica em associá-la à crise habitacional que tão cedo atingiria esta cidade e que condicionaria os baixos padrões de vida da maior parte de sua população (CASTRO, 1954).

Sem muitas áreas ocupáveis à disposição, a população das camadas populares passa a habitar as áreas de mangue da cidade em habitações conhecidas como mocambos que, ao lado dos rios e pontes, passaram a marcar a paisagem urbana da cidade. Sendo, portanto, um fenômeno local cujas raízes se situam em processos de escala internacional e nacional, os mocambos podem ser considerados como formas vinculadas a funções definidas, resultantes de processos inseridos numa estrutura sócio-econômica específica, para utilizar as categorias analíticas propostas por Santos (1985). A seu respeito, estudiosos, planejadores e artistas, impressionados com a dimensão do fenômeno (em 1939 cerca de 63,7% dos prédios da cidade eram mocambos) e com as péssimas condições de vida da população que neles residia, assumiriam posturas bastante diversas. Defensores deste tipo de habitação

popular, dentre os quais destaca-se o sociólogo Gilberto Freyre, acreditavam no mocambo como uma saída para os problemas habitacionais de países tropicais subdesenvolvidos, visto que o material empregado para sua construção era acessível economicamente e permitia um bom arejamento do interior da construção. O único elemento que o tornava insalubre era a lama dos manguezais sobre o qual era construído e, sendo assim, o mocambo em si não deveria ser desprezado enquanto tipo de construção que muito teria a contribuir com os estudos de arquitetura (FREYRE, 1967). Contrariamente à defesa do mocambo enquanto estética de construção em clima tropical que resgatava uma herança cultural tanto africana quanto européia, estava a postura que defendia sua dizimação. A Liga Nacional contra o Mocambo, posta a cabo pelo interventor Agamenon Magalhães em 1939, exemplificou tal postura, e teve por principal objetivo ‘extinguir’ da paisagem urbana recifense ‘o mal’ caracterizado pelos mocambos, um ‘grande problema’ para a cidade do ponto de vista paisagístico e sanitário, espantando os turistas visitantes com seu ‘casario feio e baixo’ refletido na lama dos manguezais (GUIA SOCIAL DO RECIFE, 1943). Entre 1939 e 1945, cerca de 13.355 mocambos foram demolidos, e sua população transferida para casas populares ou, na maioria dos casos, indo morar nas favelas crescentes nos morros da cidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 2000). Atualmente o mocambo persiste na paisagem urbana do Recife, mesmo que de forma discreta. Acha-se presente em alguns discursos relacionados a tal espaço urbano, sendo, pois, um tema abordado desde o Movimento Regionalista da década de 40 até o Movimento Mangue da década de 90.

Observa-se, portanto, que desde sua origem o mocambo desperta opiniões e posturas contraditórias, e neste sentido apresenta-se como um termo polissêmico, ou seja, detentor de sentidos os mais diversos, conforme o olhar que se lance sobre ele.

Lira (1994:48), em artigo sobre esse tipo de habitação popular, afirma que *“em torno dele (...) são postos em cena temas e estratégias, objetivos, conceitos e formas de enunciação extremamente variadas”*. Desta forma, o mocambo foi e ainda é foco dos mais variados discursos, e sobre alguns deles pretende-se debruçar nesta pesquisa. Acredita-se que a paisagem, enquanto detentora de uma dimensão simbólica, pode ser interpretada de diversas maneiras, e que da mesma maneira, a paisagem dos mocambos recifenses está aberta a múltiplas interpretações.

A presente pesquisa tem suas origens, portanto, em duas constatações. A primeira refere-se à percepção de que o mocambo, desde suas origens, coloca-se como uma das ‘questões’ urbanas mais relevantes do Recife, uma decorrência do déficit habitacional que tão cedo atingiria a cidade e que se tornaria uma das marcas mais evidentes em sua paisagem. A segunda constatação decorre da primeira e indica que, paradoxalmente à clareza da importância do mocambo na evolução urbana da cidade, as posições sobre este fenômeno apresentam-se extremamente divergentes. A efervescência de textos produzidos sobre o mocambo à época de seu surgimento deixa clara a diversidade de opiniões tecidas acerca deste tipo de habitação, como bem nos aponta Lira (1994), em cujo artigo, o mocambo é apresentado, dentre outras maneiras, como *lócus* da reprodução da força de trabalho, por seus atributos físicos ou ainda como um efeito da cultura. O mocambo nasce, portanto, como um termo polissêmico, e desta forma, será abordado no presente estudo como uma paisagem urbana tornada inteligível através dos diversos discursos que a seu respeito são construídos.

A paisagem dos mocambos recifenses está aberta a múltiplas significações, conforme já destacamos, e é passível também de formas variadas de representação. No presente estudo, buscamos na Literatura a forma representativa de tais significações. Nosso objetivo consiste, portanto, na apreensão de alguns dos

significados atribuídos ao mocambo por meio de uma forma específica de representação: o texto literário.

De fato, estudos geográficos realizados a partir da análise de textos literários já constituem uma linha de pesquisa consolidada na Geografia internacional (BROSSEAU, 1996; MORETTI, 2003). No entanto, tal tema é pouco privilegiado na Geografia brasileira, a despeito da *riqueza espacial* que apresenta sua produção literária (DIMAS, 1994). Se considerarmos, ainda, que as composições musicais também integram a produção literária, e que o Brasil apresenta uma vasta e qualificada gama de romancistas e compositores, constataremos que o estudo do *espaço literário* apresenta-se como um campo fértil e inexplorado para a pesquisa geográfica nacional. Alguns geógrafos brasileiros já apontaram, de forma isolada e de maneiras diversas, para a relevância desse tema, como Mello (1991), Bastos (1993), Haesbaert (2002) e Monteiro (2002).

A Literatura é uma representação do mundo vivido por seus autores, podendo ser considerada “*a imagem do mundo em que cada aspecto do ‘real’ passa a ser expresso simbolicamente*” (BASTOS, 1993:10), sendo, portanto, uma construção intelectual, uma codificação da realidade, que é também parcial e plural. Ao selecionarmos textos literários de Josué de Castro – o romance *Homens e Caranguejos* - e Chico Science – algumas composições musicais -, acreditamos que eles representam as concepções de seus autores acerca do mocambo, as quais, por sua vez, foram forjadas em contextos sócio-culturais específicos que não devem ser negligenciados em nossa proposta. Josué de Castro, médico pernambucano, foi também professor universitário de Geografia, cientista social, nutrólogo e militante político. Sua produção acadêmica, compreendida entre as décadas de 1930 e 1960, apresenta forte cunho social, no bojo do qual está a ênfase conferida ao mocambo. Chico Science, por sua vez, foi um cantor e

compositor pernambucano que integrou, durante as décadas de 1980 e 1990, o cenário cultural recifense, por meio do movimento cultural conhecido como Manguebeat, no qual a necessidade de criação de um referencial espacial para o movimento levou-o a resgatar o termo ‘mocambo’, já em desuso quando de sua produção artística. Propomos, dessa maneira, que tanto as vivências pessoais quanto as carreiras dos autores considerados integração suas ‘visões de mundo’ e, portanto, suas percepções espaciais, nas quais o mocambo assume grande importância.

Consideramos, em nosso estudo, que o ‘diálogo’ entre Geografia e Literatura ora proposto poderá contribuir para uma melhor compreensão do processo de evolução urbana da cidade do Recife, especialmente no que se refere à questão habitacional. Acreditamos também que a melhor compreensão dos aspectos habitacionais recifenses favorecerá uma reflexão a respeito da dinâmica das grandes cidades brasileiras, especialmente aquelas nas quais a desigualdade de renda consiste em característica marcante. De fato, o mocambo é tomado em nosso estudo como um termo genérico, como símbolo da habitação popular, não sendo nosso propósito, portanto, ater-nos a qualquer agrupamento específico desse tipo de habitação. Acreditamos que inerente às análises de Josué de Castro e Chico Science está a consideração do mocambo enquanto problema social que, ao ser abordado, permite a discussão do contexto de sua existência, de sua natureza, que extrapola uma temporalidade empírica, atingindo o que chamamos de *tempo social*; um tempo espesso, que comporta décadas, durante as quais persiste a desigualdade de renda que se reflete nas formas de habitação recifenses. É por essa razão que defendemos que a compreensão da natureza do mocambo possibilitará uma melhor compreensão do complexo processo de construção das habitações populares das grandes cidades brasileiras.

Além da potencialidade que nossa pesquisa apresenta em gerar novas formas de percepção das cidades por meio do estudo de uma paisagem urbana específica – a dos mocambos do Recife, temos por

objetivo contribuir, com nossa pesquisa, para os debates na Geografia Cultural brasileira, mais especificamente àqueles que se referem às relações entre Geografia e Literatura.

A presente Dissertação se estrutura em três capítulos, seguidos das considerações finais. Tais capítulos, por sua vez, subdividem-se em seções, de acordo com a necessidade de desenvolvimento das argumentações.

O primeiro capítulo traz uma breve discussão da relação entre o mocambo e a cidade do Recife. Tal discussão se dá em dois momentos, sendo o primeiro deles um breve resgate da evolução urbana recifense, com atenção especial para as causas da crise habitacional característica da cidade. Na segunda seção, discutimos a natureza do mocambo, com destaque tanto para alguns estudos acerca da problemática do mocambo, quanto para intervenções públicas que tiveram nele o alvo principal.

O segundo capítulo traz as bases teóricas sobre as quais se desenvolveu a pesquisa, com destaque para o simbolismo das paisagens e para as possibilidades de relação entre Geografia e Literatura. Traz também os percursos trilhados na construção de nosso objeto de pesquisa e, finalmente, a breve apresentação de aspectos fundamentais da vida e da carreira de Josué de Castro e Chico Science.

O terceiro capítulo, finalmente, é composto pela análise geográfica das obras literárias consideradas. Uma primeira seção apresenta a interpretação de Josué de Castro sobre o mocambo, seguida pela seção que traz a interpretação que Chico Science conferiu a esse tipo de habitação. Numa terceira seção, buscamos mostrar a continuidade da argumentação de Josué de Castro na obra de Chico Science, o que evidencia a permanência do mocambo.

CAPÍTULO I
O MOCAMBO E A CIDADE DO RECIFE

O presente capítulo tem por objetivo trazer as bases sobre as quais construiremos nosso objeto de estudo. Apresentaremos uma breve discussão sobre a evolução urbana da cidade do Recife, com destaque para a importância que a problemática habitacional assumiu, desde cedo, nesse processo. Na segunda seção, uma aproximação teórica maior permitirá o destaque à feição urbana mais comum e controversa da cidade, o mocambo.

1 – A Cidade e a Crise Habitacional

Nesta seção, trataremos da crise habitacional da cidade do Recife. Para tal, acreditamos ser necessária uma breve apresentação de sua evolução urbana, na qual a problemática da habitação será o foco central de discussão. Em outras palavras, nosso propósito consistirá em apresentar alguns aspectos da evolução urbana recifense e de sua periferia, o Grande Recife, que nos ajudem a melhor compreender tal crise, presente na cidade desde suas origens. Ao nos referirmos a uma questão habitacional na cidade do Recife, devemos considerar que ela se apresenta sob os aspectos quantitativos e qualitativos, ou seja, pela insuficiência de unidades habitacionais frente ao contingente populacional, e pela precariedade das condições de moradia de parcela de sua população. Da mesma forma, ao considerarmos os aspectos do desenvolvimento urbano recifense, encontramos dois ‘condicionantes’ desta crise, que nortearão nossa explanação: a limitação física para a construção de novas habitações, notadamente a partir da década de 1970, e a concentração de renda, que exclui grande parcela da população do mercado imobiliário formal. Desta maneira, a crise habitacional recifense significa a falta de acesso de parcela da população a uma habitação ‘normal’, não só pela exigüidade de áreas para construção, mas, sobretudo,

pela falta de condições econômicas que lhe permitam o acesso à moradia.

Em relação às condições físicas sobre as quais se ergueu a cidade do Recife, sabemos, a partir de estudos como os de Waldemar de Oliveira (1942) e Josué de Castro (1954), se tratar de um sítio constituído por uma planície formada a partir do entulhamento de uma baía pela ação conjunta do mar e dos rios - notadamente o Capibaribe, o Beberibe e o Tejiipió. Esta planície é circundada por colinas terciárias que se estendem de norte a sul (ver Mapas 1 e 2). Na linha de costa surgem os arrecifes, resultantes da precipitação de carbonato de cálcio e de areias de quartzo transportadas pelos rios, enquanto os mangues surgem nas áreas de confluência dos rios com as águas do mar, reforçando a fixação da terra. Cavalcanti (1965) indica a existência de uma ampla variedade de mangues: o mangue vermelho (*Risophora mangle*), o mangue manso (*Terminalia aggregata*), o mangue amarelo (*Avicennia nítida*), o mangue canoé (*Avicennia schaucriana*) e o mangue canapomba (*Laguncularia recemosa*). Tais espécies apresentam características variadas, bem como distribuições espaciais e níveis de desmatamento distintos.

É neste quadro natural que se inicia o desenvolvimento da cidade do Recife, para o que representa um marco importante a ocupação holandesa ocorrida em 1630. Até esta data, a atual cidade do Recife era apenas uma pequena aldeia de pescadores ligada a Olinda por um istmo e localizada próxima ao porto natural, através do qual era escoada a produção de açúcar de Olinda, então sede da Capitania de Pernambuco, e dos diversos engenhos localizados às margens dos rios próximos. O destaque que a produção açucareira recebia da coroa portuguesa refletia-se na paisagem rural da área próxima, caracterizada por engenhos e canaviais. A ocupação dessa planície pelos holandeses ocorreu em função da proximidade do porto, elemento importante para o

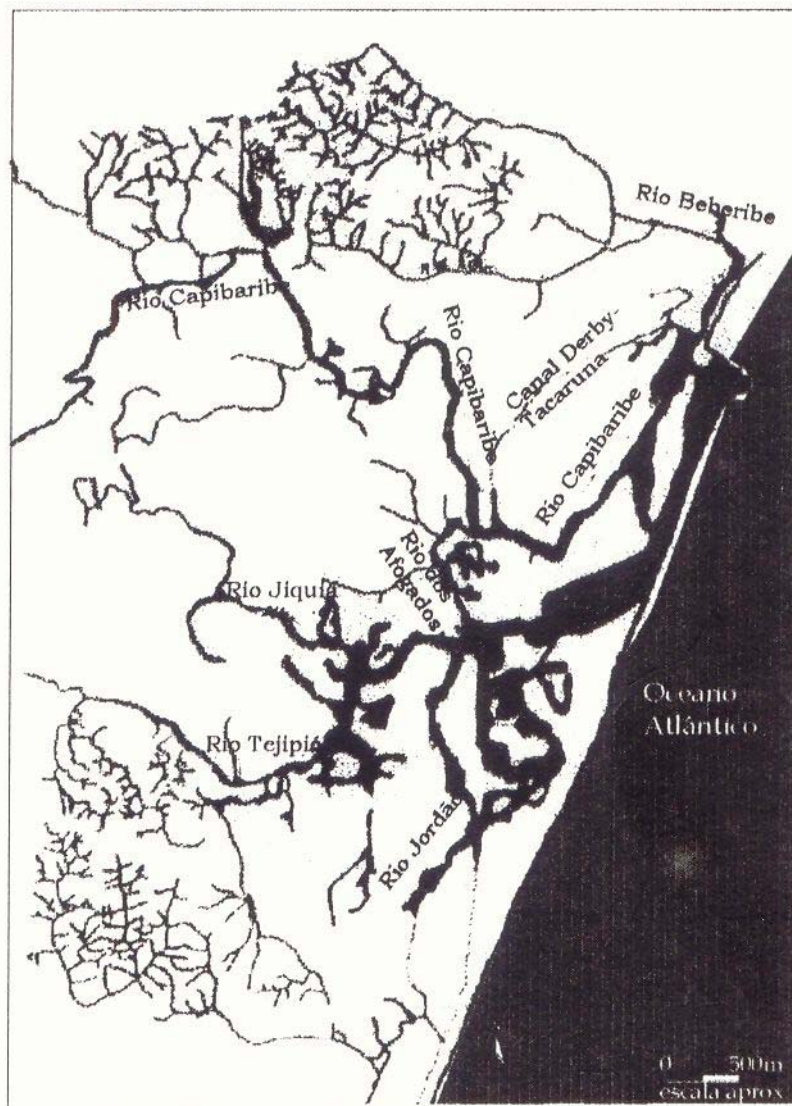


MAPA 1 – Localização dos Morros e da Planície da RMR

Fonte: FIDEM, Mapa Hipsométrico, 1986

Extraído de: SOUSA, 2003

Principais Rios da Planície do Recife.



MAPA 2: Principais Rios da Planície do Recife

Fonte: ANDRADE LIMA, et al.

Extraído de: GOMES, 1997

desenvolvimento do comércio do açúcar, e da semelhança entre esse sítio e o de cidades da Holanda, o que conferia maior habilidade aos holandeses no trato de planícies alagáveis. Além da função de escoamento da produção, os rios representavam também uma função defensiva. Esta foi uma das razões que levou à localização da sede do domínio holandês, a *Mauritzstadt* ou Cidade Maurícia, na atual ilha de Santo Antônio, ficando assim protegida pelas águas de um possível ataque. A chegada de Maurício de Nassau ao povoado em 1637 desencadeou o franco desenvolvimento do mesmo, já que ele incentivou as sucessivas modificações e expansões desse sítio, como a realização de aterros e canais e a construção dos primeiros prédios e pontes. Castro (1954) afirma que a opção da administração holandesa por desenvolver uma cidade na planície recifense decorre da característica tipicamente comercial da ocupação. Ainda segundo o referido autor, a presença dos judeus em terras recifenses fortaleceu a transformação da antiga vila de pescadores numa cidade comercial. A cidade torna-se densamente povoada ao receber a população de Olinda, incendiada pelos holandeses em 1631: a população da planície recifense sobe à cifra de sete mil habitantes (SINGER, 1968).

A agricultura desempenhou grande importância para a economia da cidade, favorecendo o incremento das atividades comerciais e, por conseguinte, da atividade portuária. Recife prosperou desde cedo com a produção de açúcar, favorecida, em parte, graças às suas condições naturais, especializando-se na função comercial/portuária após a expulsão holandesa em 1654. Conforme afirma Singer (1968:274), a *“cidade será o resultado do porto. As vicissitudes deste condicionarão a evolução daquela”*.

As atividades agrícola e portuária também farão do Recife a principal cidade da região Nordeste. Segundo Singer (1968), a ampliação da hinterlândia desta cidade foi possível graças à exportação de açúcar e posteriormente de algodão, já que o plantio

da cana-de-açúcar dava-se em toda a Zona da Mata, enquanto que o plantio do algodão nas áreas do Agreste. Adicionalmente está a antiga função de fornecedora de carne de charque à região mineradora do país no final do século XVIII, realizada pelos fazendeiros de gado do Sertão nordestino, que, articulada ao comércio exercido por Recife, ampliou ainda mais a sua área de influência. Destaca, pois, Singer (1968:278): *“Recife deve ter começado a assumir, nesta época, o seu papel de capital regional do Nordeste”*.

Verifica-se, no entanto, que a economia recifense nunca encontraria o caminho da estabilidade. A dependência à oscilante demanda internacional da produção, derivada da agricultura, seja em relação ao açúcar ou a uma pauta diversificada de produtos, juntamente com o processo tardio de industrialização da produção agrícola, verificado no final do século XIX, que ocasionaram perda de mercado interno e externo, são fatores que passarão a caracterizar a permanente atrofia econômica recifense, responsável por mudanças estruturais que orientarão os rumos de sua evolução urbana (SINGER, 1968).

Além de sua importância para o desenvolvimento econômico do Recife, a economia açucareira também orientou o desenvolvimento social e urbano da cidade. Em relação ao primeiro aspecto, verifica-se a existência de dois grupos sociais distintos: o primeiro grupo, *“doutado e privilegiado (...) com dinheiro farto e, principalmente, dispondo de escolas”* (CAVALCANTI, 1965:27), corresponde à minoria senhorial branca. O segundo grupo, por sua vez, é composto por uma maioria sem privilégios, sem escolas, negra ou miscigenada. À minoria abastada associam-se os espaços da casa grande na zona rural, e do sobrado, na cidade, este último característico do declínio do patriarcalismo rural. À maioria pobre destinam-se os espaços da senzala e, no meio urbano, dos mucambos ou mocambos, construídos nos alagados da cidade

(FREYRE, 1981). Para Cavalcanti (1965), os problemas sócio-econômico-educacionais do Recife de hoje têm suas raízes naquela disparidade sócio-econômica.

Este quadro social é agravado pelo aumento da parcela pobre da população ocorrido na cidade, em função do afluxo de imigrantes vindos do interior e da libertação dos escravos. Este aspecto demográfico será retomado posteriormente, mas no momento é evocado por sua estreita relação com o problema habitacional já presente na cidade do século XVII, conforme apontam Castro (1954) e Cavalcanti (1965). Nos dizeres de Castro (1954:151) a

“alta concentração demográfica que a seguir se constituiu como um fator de desassossego social na região, condicionadora de baixos padrões de vida, numa zona sem opções de gêneros de vida, desde que tudo se reduzia, dentro de pouco tempo, à exclusiva e absorvente monocultura de açúcar. (...) E assim vai o Recife crescendo com uma população marginal que vegeta nos seus mangues em habitações miseráveis do tipo dos mocambos”.

A franca expansão horizontal da cidade do Recife também será, como sugerido anteriormente, condicionada pela atividade agrícola açucareira, notadamente no que diz respeito à função que os engenhos desempenharão enquanto células de expansão urbana. Tais engenhos eram responsáveis por parcela da produção açucareira de Pernambuco, que era escoada pelas águas do rio Capibaribe até o porto do Recife, e constituíam-se em núcleos rurais. Com a modificação da importância internacional do açúcar brasileiro, tais engenhos transformam-se, a partir do século XIX, em chácaras, que ainda mantiveram-se estreitamente ligadas ao rio: suas fachadas voltadas para o rio Capibaribe revelam sua importância enquanto principal artéria para o transporte desse

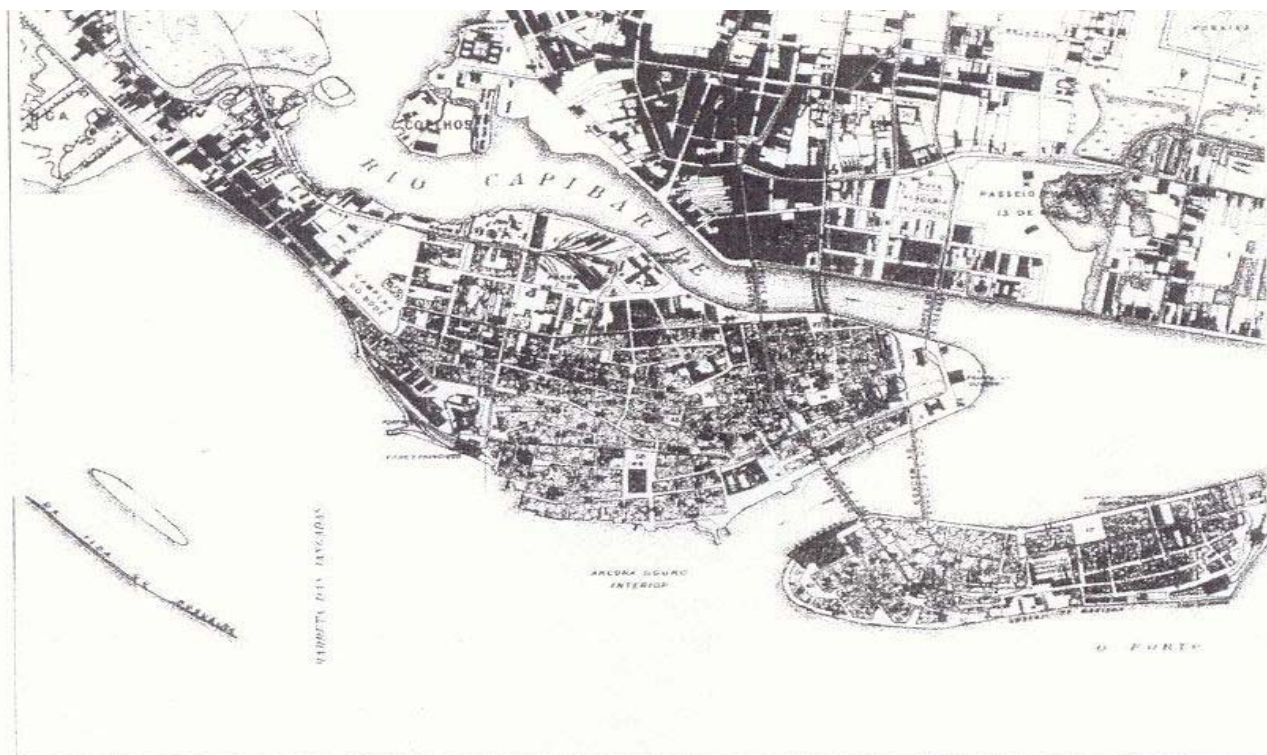
período. Segundo Castro (1954), dois movimentos favorecerão a integração destes núcleos rurais ao núcleo urbano. De um lado, a cidade aproxima-se cada vez mais destes “*redutos rurais*”, e paralelamente estes mesmos redutos expandem-se, passando da categoria de rurais para a de ‘órgãos’ urbanos, os bairros da Torre, da Madalena, de Cordeiro, de Apipucos, do Monteiro, de Casa Forte, entre outros. Localizados na zona oeste da cidade, estes bairros passam a abrigar uma população de alto nível de renda, originária da tradicional aristocracia canavieira. A partir da segunda metade do século XX, uma nova população de alto nível de renda tende a habitar a zona sul da cidade, mais precisamente na orla da praia de Boa Viagem. No entanto, apesar de esta população ‘emergente’ já superar, em termos absolutos, aquela composta por um grupo social mais tradicional, constata-se que a população tradicional de alta renda ainda se faz fortemente presente na zona oeste da cidade (VILLAÇA, 1998).

O século XIX representará o período de maior expansão urbana do Recife (ver Mapa 3). Até suas primeiras décadas, o aglomerado recifense de feições urbanas compreendia os atuais bairros do Recife, núcleo inicial da povoação portuguesa, de Santo Antônio e São José, ocupação feita pelos holandeses, e parte do atual bairro da Boa Vista, localizado no continente, ainda fracamente ocupado. A presença de sobrados nos atuais bairros de São José e Santo Antônio justifica-se pela escassez de solo habitável em suas imediações e pelas grandes distâncias intra-urbanas. Conforme dito anteriormente, os sobrados eram habitados por uma remanescente aristocracia rural que, ao perder os privilégios habitacionais das casas grandes, irá residir nesses casarões urbanos “*de exagerada dimensão frente-fundo, altas empenas laterais, três a cinco andares e teto com grande inclinação*” (MELO, 1978: 65). Pela mesma razão de existência dos sobrados, verifica-se a ocupação das áreas de mangue pela

população pobre através dos mocambos. Este tipo de habitação será detalhado na seção seguinte. É interessante destacar, no entanto, que a natureza topográfica do Recife originou dois tipos de habitações não só espacialmente, mas também socialmente distintos, “*o sobrado de terra firme e o mocambo do manguezal*” (MELO, 1978: 68). Havia também inúmeros núdulos de povoamento, mais distanciados do núcleo urbano e localizados ao longo das vias terrestres e fluviais de transporte, nas mais diversas direções. Ao sul, havia as vilas de pescadores de N.Sra. de Boa Viagem e de N. Sra. da Piedade; a oeste encontravam-se ex-engenhos, já citados anteriormente, como os de Apipucos, Engenho do Meio, Casa Forte, Monteiro entre outros, e ao norte, tais núcleos situavam-se na área de abrangência de Olinda.

O importante papel assumido pelo porto do Recife no âmbito nacional, com a exportação de algodão, e os investimentos estrangeiros que atingem várias cidades, conjuntamente à gestão de Francisco Rego Barros, o Conde da Boa Vista, que inicia um processo de reforma urbana nos moldes franceses, conferirão uma nova feição à cidade (GOMES, 1997:97). Obras de alargamento de ruas são postas em prática, assim como a construção de pontes sobre rios e canais. É inaugurado o sistema de iluminação elétrica da cidade em 1827, ano em que o Recife é elevado à capital de Pernambuco. Várias obras de melhoramentos urbanos são realizadas na administração do Conde da Boa Vista, como:

- ◆ a construção do Palácio do Governo;
- ◆ a construção do Teatro Santa Isabel;
- ◆ a construção das pontes de Caxangá, da Boa Vista, de Santa Isabel e Maurício de Nassau;
- ◆ a construção de cais e de várias estradas de rodagem;
- ◆ o estabelecimento do serviço de água e esgoto;
- ◆ a construção da penitenciária;
- ◆ a construção do cemitério público;
- ◆ a expansão do porto.



MAPA 3 – Cidade do Recife – Área Construída em 1906
Extraído de: GOMES, 1997

As pontes existentes e o desenvolvimento de estradas de rodagem, além da utilização de bondes puxados a burros, favorecem a interligação dos bairros centrais aos distantes nódulos de povoamento, como anteriormente exposto.

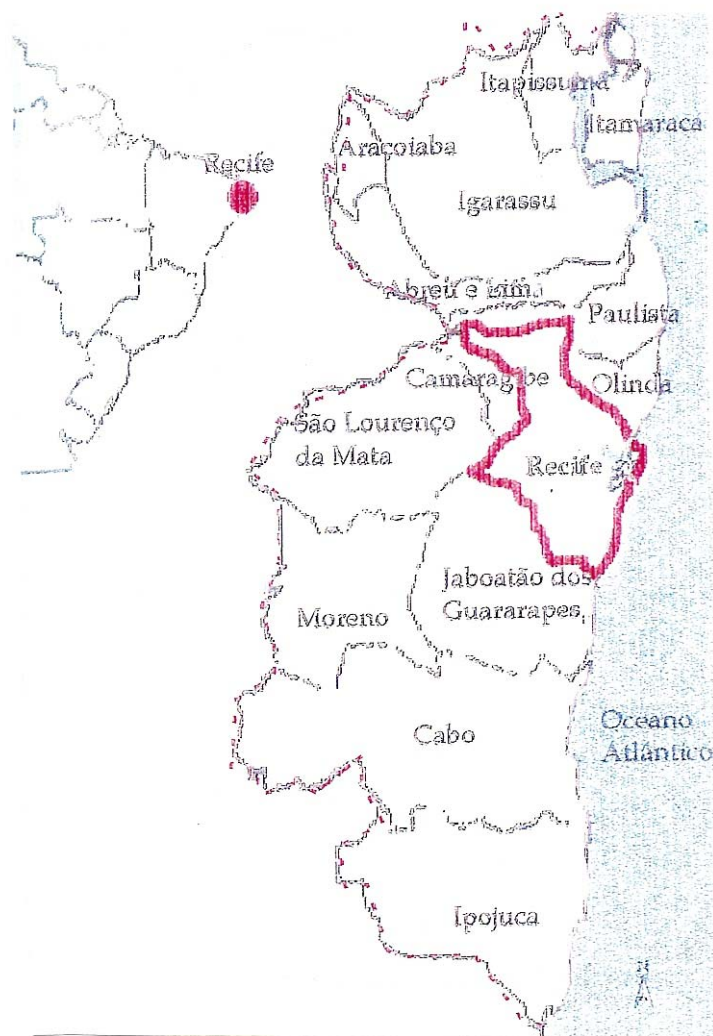
No século XX continuam, paralelamente, a expansão da cidade e a realização de obras de cunho modernizador e higienista, embasadas nas transformações econômicas, sociais e políticas que o país vinha atravessando (CAMPOS, 1999). Durante a década de 20 o movimento modernista parece fortalecer a idéia de que é preciso modernizar o espaço da cidade, tentando igualá-la aos grandes centros urbanos nacionais, como o Rio de Janeiro. O rápido crescimento da cidade desde o fim do século XIX, com a modificação da paisagem, estimula uma reação cultural, que se faz por meio do movimento regionalista. A oposição entre estas duas correntes de pensamento evidencia um choque entre a modernidade e a tradição, e traz a preocupação com o patrimônio cultural arquitetônico da cidade (CAMPOS, 1999).

A década de 1930 traz a redefinição funcional da cidade, - agora industrial, e um crescimento demográfico contínuo, resultante do constante afluxo de imigrantes expulsos da decadente economia rural. A cidade cresce, mas sem que haja oferta de qualidade de vida para a maior parte de sua população. Com o advento do Estado Novo, implementam-se planos que visam combater a crescente miséria e modernizar a feição urbana, a partir de um *“ideário regenerador de criar o ‘novo’ adicionando signos que, no seu conjunto, colaboravam para a construção de um imaginário em que a idéia de progresso se apresentava como antônimo do provinciano, do atraso, do feio e repugnante”* (CAMPOS, 1999:116). Mudar significava modificar a cidade física e ideologicamente, substituindo o patrimônio remanescente por arranha-céus, símbolos do progresso e da modernidade, dos quais a abertura da Avenida Guararapes é um exemplo. O setor

habitacional também foi atingido por este ideário modernizador do Estado Novo, sobretudo no que se refere à habitação popular, o mocambo. É criada a Liga Social Contra o Mocambo, cuja meta é extinguir os mocambos da paisagem da cidade. Este ponto será detalhado na próxima seção.

Durante as décadas seguintes, a cidade continua a crescer, e já na década de 1950 atinge sua área atual (209 km²). Na década de 1960, a população recifense atinge a cifra de 1.060 mil habitantes (MELO, 1978), esboçando o início do processo de metropolização, da qual seria o foco central a partir da década de 1970 (ver Mapa 4).

Em seu estudo intitulado *Metropolização e Subdesenvolvimento – o caso do Recife*, Mário Lacerda de Melo (1978) caracteriza o processo de formação da Região Metropolitana do Recife (RMR) como “*um daqueles em que o fenômeno de metropolização aparece associado ao de subdesenvolvimento*” (MELO, 1978:24). Ao buscar uma categorização das regiões metropolitanas brasileiras, o autor enquadra a RMR, e também as regiões metropolitanas de Fortaleza e Salvador, no grupo cujo crescimento populacional decorre da intensificação de fluxos migratórios de origem interiorana em função das distorções e fragilidades da economia do interior, e não da expansão de suas forças econômicas. Tais processos de metropolização ocorrem em regiões de economia deprimida. No entanto, ainda segundo o autor, a RMR representaria o principal caso brasileiro de metropolização em áreas subdesenvolvida e, por conseguinte, de metropolização por inchaço, visto que seu aumento populacional é superior à capacidade de absorção representada pelo sistema econômico e pelo equipamento urbano. O binômio constituído pela concentração da população e de suas necessidades crescentes, de um lado, e o da dificuldade de geração e redistribuição de recursos, de outro,



MAPA 4: Região Metropolitana do Recife

Fonte do Mapa Base: Fidem

Realização e desenho: Francisco Elihiamas

Extraído de: GOMES, 1997

estariam, pois, na base do desenvolvimento desta região metropolitana.

Quanto ao aspecto do crescimento populacional total da RMR na década de 1970, contribuem de forma marcante para o crescimento demográfico, além do crescimento vegetativo, os fluxos imigratórios de caráter constante originários das diversas regiões pernambucanas, notadamente da Zona da Mata, a região canavieira e do Agreste. A crise da usina na Zona da Mata canavieira, decorrente da expansão da produção de açúcar no Centro-Sul, e a expansão das atividades pastoris no Agreste, com a conseqüente diminuição da importância da lavoura, são modificações importantes na economia agrária, responsáveis pela diminuição da demanda de mão-de-obra no meio rural e pela conseqüente desruralização do trabalhador rural. Este, ao tornar-se marginalizado do sistema produtivo e ao não encontrar oportunidades de trabalho, alimenta os fluxos migratórios em direção à região metropolitana do Recife (MELO, 1978). Dados do *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife* (1976), revelam que o crescimento migratório no decênio 1960/1970 foi de 47% do crescimento total. O fluxo migratório foi originário, conforme exposto acima, predominantemente na Zona da Mata e no Agreste. Quanto à localização dos migrantes na RMR, o mesmo estudo aponta que os 52% de 'não-naturais' nela localizados tenderam, a partir da década de 1970, a habitar nos municípios periféricos. Os municípios de Olinda e São Lourenço da Mata apresentavam, a esta época, participações de migrantes na população total residente da ordem de 53% e 47%, respectivamente. O estudo indica também a ocorrência de uma forte migração intrametropolitana, seja dos municípios periféricos - notadamente Olinda, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata - para a capital, movimento que caracteriza uma migração por etapas, seja do município central, Recife, para a periferia, o que seria um

indício da saturação do município central. Verifica-se, portanto, que acontecimentos de ordem nacional e regional contribuem, desta maneira, para a caracterização da metropolização recifense.

O processo de formação da RMR, porém, não pode ser caracterizado apenas por seu aumento demográfico. De fato, o forte crescimento populacional verificado na cidade do Recife e, a partir da década de 1970, em sua periferia, contribui para que haja uma pressão sobre a estrutura funcional urbana, à qual os municípios são incapazes de fazer frente. Mas para uma melhor compreensão do processo de metropolização recifense, devemos considerar as questões relacionadas à distribuição de renda, que são agravadas pelo aumento populacional exagerado.

Associado ao forte crescimento populacional do qual a RMR é foco está seu quadro econômico, caracterizado por uma forte concentração de renda. Melo (1978) indica, no estudo supracitado, alguns aspectos que contribuem para tal situação.

O primeiro deles diz respeito à insuficiência do sistema em gerar empregos. Por um lado, verifica-se a sua incapacidade para absorver, em níveis adequados de renda, a elevada força de trabalho derivada de um crescimento populacional agravado por fluxos migratórios, o que resulta numa desproporção entre o número de indivíduos ocupados (população economicamente ativa – PEA) e o número de indivíduos em idade de trabalho, muito superior ao número da PEA. Também resulta da insuficiência do crescimento da absorção da PEA a existência de um significativo segmento da população em situação de subemprego, ou seja, subaproveitada em seu nível de produtividade, em atividades de baixa remuneração e irregulares relações de trabalho.

A insuficiência da absorção da PEA pelo sistema decorre da absorção negativa de mão-de-obra pelo setor primário – o que, como visto anteriormente, condiciona os constantes fluxos

migratórios – e da pouca empregabilidade do setor secundário, que, modernizado no seio das políticas de desenvolvimento regional nordestino, não propiciou a diminuição do desemprego ou do subemprego na RMR. Nas palavras do autor, “*o crescimento manufatureiro do Recife metropolitano acarretou efeitos sociais muito inferiores aos inicialmente esperados e aos reclamados pela problemática da área*” (MELO, 1978:220), ao não contribuir para a diminuição da concentração de renda. O setor terciário torna-se, então, a alternativa de emprego para a maioria esmagadora da população, concentrando 82,2% de seu total no período 1950-1970. Seu crescimento, no entanto, não significa que o sistema econômico esteja em franca e sadia expansão. Ao contrário, observa-se que a maior parte da população empregada neste setor está no chamado ‘pequeno terciário’, composto por atividades como as dos empregados domésticos, dos vendedores ambulantes, dos biscateiros, etc, sendo, portanto, atividades de altos percentuais de força de trabalho semi-ociosa e mal-remunerada.

A partir do exposto, verificamos que o crescimento sociopático ou por inchação da região metropolitana do Recife caracteriza-se pela soma do crescimento do pequeno terciário e da sub-utilização da força de trabalho, com a baixa participação da população economicamente ativa no sistema produtivo, dando origem a um quadro de aguda desigualdade de renda que, por sua vez, ocasionará os baixos padrões de vida de sua população, como os relacionados aos setores de habitação, saúde e educação. Por ora, basta-nos destacar que, segundo dados do Censo de 1970, 40% da população habitava em condições inferiores às mínimas consideradas como salubres e confortáveis, estando abaixo do mínimo considerado economicamente satisfatório. Quanto ao setor saúde, as condições são igualmente precárias, apresentando a RMR altos índices de mortalidade infantil, em decorrência de fatores associados à estrutura sócio-econômica, tais quais as péssimas

condições nutricionais, habitacionais e educacionais. As baixas taxas de alfabetização indicadas no Censo de 1970 – 62,3% na RMR, mas com variantes entre os municípios que vão dos 33,9% em Igarassu aos 68,9% no Recife – dificultam a melhoria econômica da população, assim como contribuem para os crescentes níveis de vadiagem e criminalidade entre crianças e jovens.

Buscamos nesta seção apresentar um panorama da cidade do Recife e de sua região e, desta maneira, contextualizar a crise habitacional presente na área de estudo que, como afirmado inicialmente, revela-se sob aspectos quantitativos e qualitativos, por limitações físicas e, sobretudo, financeiras, impostas à população e inerentes a um processo de metropolização caracterizado por inchaço, de forte concentração de renda.

Passaremos agora a um maior detalhamento do tipo de moradia popular que desde cedo se instalou na cidade do Recife – o mocambo.

2 – A Natureza do Mocambo

Em sua obra *Metropolização e Subdesenvolvimento – o Caso do Recife*, Mário Lacerda de Melo aponta o impacto do processo de metropolização sobre a fisionomia urbana, que se torna “*mais ampla, mais compacta e também mais opressiva*”. A metropolização, manifesta em alterações do tamanho, da estrutura e da fisionomia do espaço urbano, leva ao surgimento de uma *paisagem metropolitana*. Dentre os diversos aspectos decorrentes da gênese da RMR observáveis em sua paisagem, o autor destaca o panorama de pobreza e de miséria das “*amplas áreas ocupadas por mocambos ou casebres nos espaços menos disputados, ou não disputados, pelas moradias de melhor nível (...) que se situam ora à beira dos manguezais ora sobre as encostas e topos (ou ‘altos’) dos morros da periferia urbana*” (MELO, 1978:29). De fato, os mocambos se fizeram presentes na paisagem urbana recifense desde

sua origem, apresentando-se de forma mais marcante a partir do século XX. Reflexo de um problema sócio-econômico, os mocambos são considerados por alguns autores como elementos de destaque na paisagem urbana recifense, juntamente às pontes, rios e antigas residências palacianas (CASTRO, 1966).

Com a finalidade de demonstrar a dimensão da presença dos mocambos na paisagem metropolitana recifense, resgatamos alguns pontos presentes no estudo de Alberto Sousa intitulado *O Mocambo e a Favela – Recife 1920-1990* (SOUSA, 2003). A partir de dados extraídos de estudos diversos, o autor constata que os mocambos, ou as habitações populares presentes nas favelas, apresentam um forte peso relativo, ao longo do período analisado, no total das habitações do Recife e dos outros municípios da RMR.

E quanto à distribuição espacial, as favelas estão muito disseminadas no tecido urbano. Não seria possível, segundo Sousa, traçar um raio de um quilômetro na aglomeração metropolitana, sem que houvesse nele a presença de alguma favela em seu interior. Na área do centro e entorno, as favelas presentes – Coque, Santo Amaro, Coelho, Brasília Teimosa e Pina, comportam juntas, em 1990, uma população de aproximadamente 70 mil pessoas, sobre uma superfície de cerca de 1,7 km². Diversas favelas dispersas localizam-se num raio de aproximadamente 8 quilômetros do centro, preferencialmente próximas à rede viária principal da cidade. A maior concentração de habitações espontâneas estaria, no entanto, sobre as colinas argilosas que circundam a planície Recife-Olinda, nos morros de Casa Amarela e Beberibe, em áreas deixadas de lado pela especulação imobiliária. Nestas áreas haveria uma concentração de cerca de 400 mil habitantes nos fins dos anos 1980.

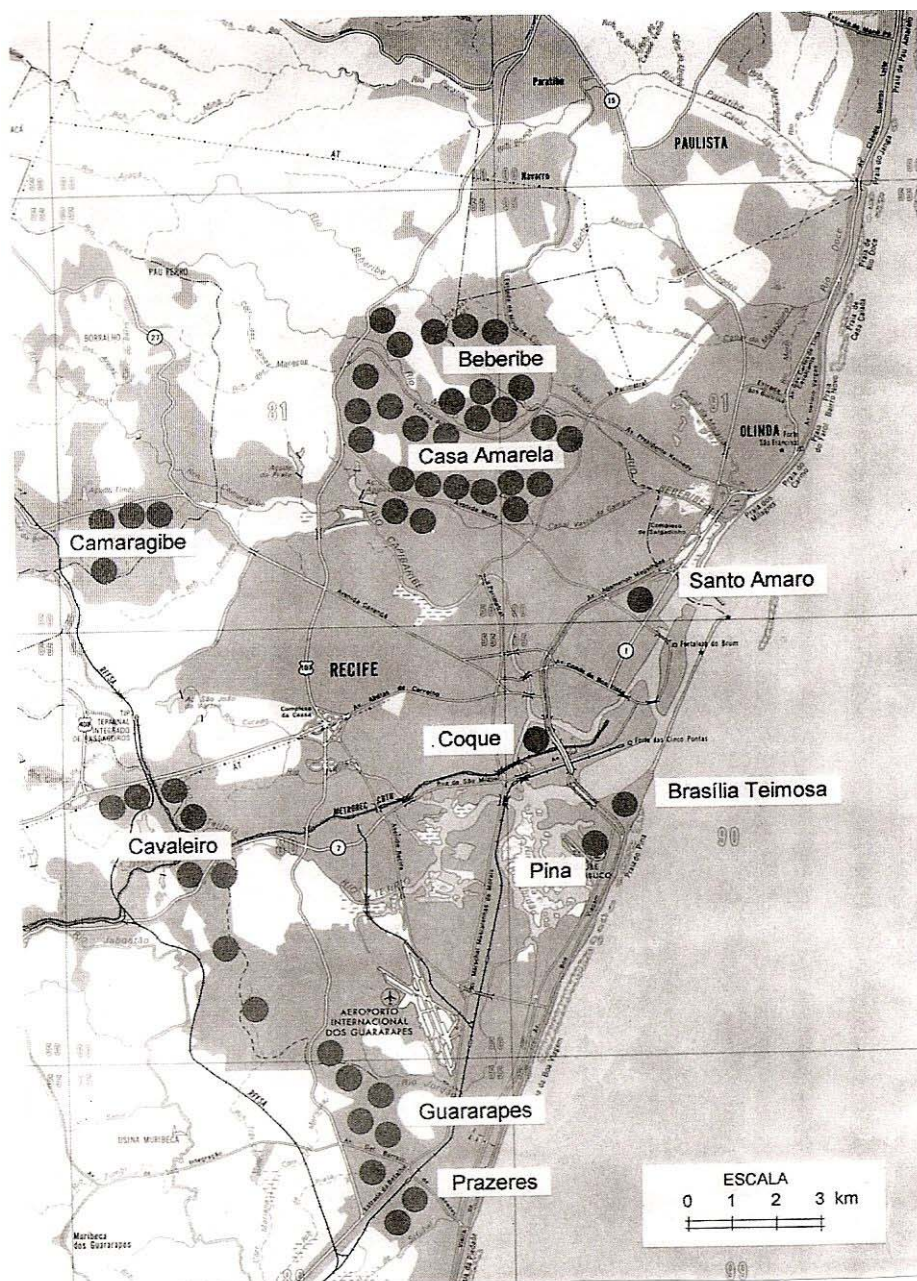
Sousa também discorre sobre a distribuição espacial de favelas na periferia do Recife no ano de 1990. A 11 quilômetros do Recife, na direção sudeste, as colinas de Cavaleiro e Guararapes,

localizadas no município de Jaboatão dos Guararapes, comporta uma população de 100 mil habitantes. Ainda em Jaboatão dos Guararapes, mas na direção sul, concentram-se as favelas da localidade de Prazeres, com uma população superior a 30 mil habitantes. A 10 quilômetros de Recife, na direção oeste, localizam-se inúmeras favelas nos morros do município de Camaragibe (ver Mapa 5).

O autor propõe, a partir destas informações, que não há segregação espacial da população ‘favelada’ na RMR, e que graças *“a esta forma de distribuição espacial, é possível encontrar um grande número de famílias miseráveis residindo na vizinhança do bairro mais rico da aglomeração (Boa Viagem, na orla marítima) e de outros bairros privilegiados, como Madalena ou Casa Forte, ou ainda nas proximidades do centro do Recife”* (SOUSA, 2003:33). Veja, a esse respeito, a foto nº 1.

Um último ponto destacado do estudo de Sousa refere-se à categorização das favelas do Recife em função do sítio no qual se localizam. O autor observa que a enorme diversidade de elementos presentes nas favelas torna difícil a realização de uma tipologia precisa das mesmas, sendo a distinção entre os sítios a menos complicada de ser realizada.

Quanto à topografia, há favelas localizadas em morros e em planícies. As primeiras apresentam maiores proporções por conta de uma maior possibilidade de expansão, um caráter mais orgânico do arruamento e condições de insalubridade atenuadas em função da melhor drenagem e da melhor aeração decorrentes da declividade. Sofrem, porém, com a dificuldade de acesso e a ocorrência de erosão e deslizamentos em períodos chuvosos. A foto 2 apresenta um exemplo desse tipo de favela, no qual podemos observar a predominância da alvenaria como material para construção das habitações. Quanto às favelas localizadas na planície, suas proporções são menores, tanto em função da menor



MAPA 5 – Localização das Principais Favelas da RMR
 Fonte do Mapa Base: FIDEM, Mapa Hipsométrico, 1987
 Extraído de: SOUSA, 2003



FOTO 1 – Vista da favela Entra Apuso, localizada no bairro de Boa Viagem, nas proximidades do Shopping do Recife.
(Tirada por Aurelina Moura – URB-Recife)

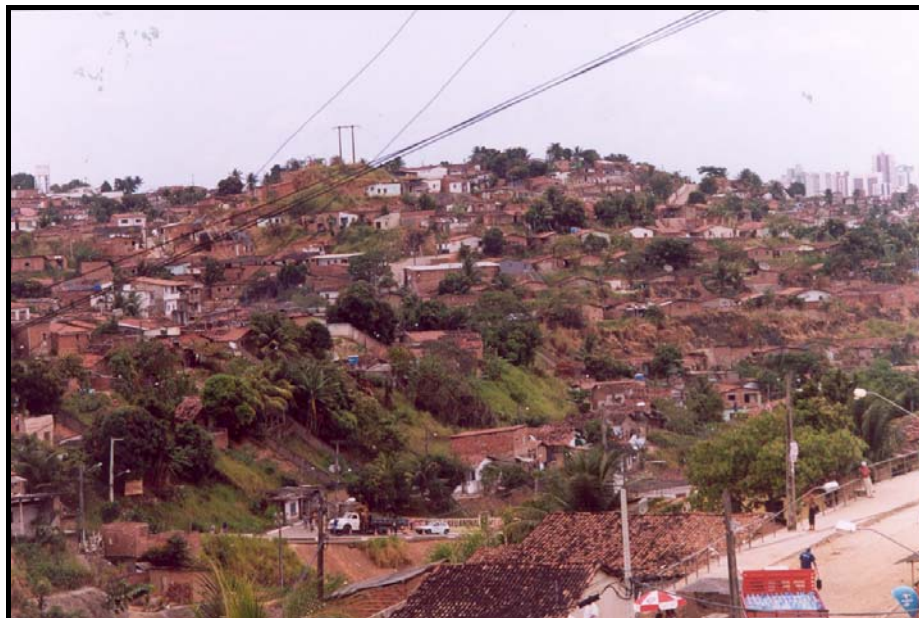


FOTO 2 - Vista da Subida da União, localizada no bairro de Macaxeira.
(Tirada por Aurelina Moura – URB - Recife)

disponibilidade de áreas ocupáveis quanto por conta da ocorrência de pressões que visam a incorporação de terrenos ao tecido convencional da cidade, acarretando seu desmembramento. Apresentam maior densidade demográfica, dimensões variadas e uma diversidade morfológica maior – podem alinhar-se às margens de um curso d'água ou ocupar um quarteirão, por exemplo, além de apresentarem maior diversidade em seu traçado interno. Apresentam uma maior proximidade ao centro, mas são mais insalubres, devido à difícil drenagem dos terrenos onde se localizam, ou por estarem localizadas próximas a corpos d'água poluídos ou alagáveis. Algumas habitações chegam a ser construídas sobre o espelho d'água, sob a forma de palafitas. As fotos 3 e 4 mostram duas favelas localizadas em área de planície, nas quais destacamos o uso de diversos materiais na construção das habitações, e não somente o de alvenaria.

Em razão da dimensão assumida pelos mocambos, tanto na cidade do Recife quanto nos municípios metropolitanos, discutir sua natureza não é tarefa fácil. A partir da década de 1930, tem lugar em Pernambuco um efervescente debate sobre a habitação, sendo o mocambo o foco desta discussão: ele é transformado em um problema político e alvo de intervenções oficiais a partir desse período (LIRA, 1994). Assim, buscamos, nesta seção, iluminar a compreensão sobre o que seja o mocambo, destacando algumas perspectivas a partir das quais ele foi pensado, bem como as principais intervenções governamentais das quais ele foi alvo. Estamos certos, contudo, de que não esgotaremos a discussão sobre o mocambo e a habitação popular recifense.



FOTO 3 – Favela Roque Santeiro, localizada no bairro central de Coelhos.

(Tirada por Aurelina Moura, URB- Recife)



FOTO 4 – Favela do Caranguejo, localizada no bairro de Afogados.

(Tirada por Aurelina Moura, URB-Recife)

2.1 – Alguns apontamentos teóricos sobre a natureza do mocambo

O termo mocambo é originário do idioma africano quibundo e tem o significado de esconderijo. Associa-se à transposição para o Brasil de um saber arquitetônico próprio aos africanos escravizados pelos portugueses, sobretudo os de raízes yorubá e angolana. Representa o anseio de escape da ordem senhorial e de recomposição de uma liberdade perdida. Para o escravo ou fugitivo, a forma mais remota de morar que representa este anseio é aquela característica dos quilombos. Esta unidade de resistência política e social tem sua organização espacial baseada na reunião de pequenas habitações de barro batido – os mocambos, dispostas em arruamentos irregulares no interior de um largo recinto fortificado. No Brasil, ainda nos séculos XVII e XVIII, proliferam inúmeros núcleos de mocambos no Quilombo dos Palmares: os de ‘Zambi’, das ‘Tabocas’, do ‘Danbruganga’, de ‘Cerca Real do Macaco’, etc. Às técnicas africanas foram adicionadas, em menor grau, influências européias e indígenas (LIRA, 1994).

O sentido atribuído aos mocambos na cidade do Recife, porém, nunca será o de um esconderijo forjado social e culturalmente. Já na década de 1920 ele perde sua conotação étnica e rural, sendo empregado para designar a habitação popular recifense, as humildes cabanas, construídas com taipa, varas e palhas de coqueiro. Nas duas décadas seguintes o termo passa a englobar habitações feitas com outros materiais (SOUSA, 2003).

A problematização do mocambo se insere, conforme dito anteriormente, no bojo de uma ‘explosão discursiva’ iniciada a partir da década de 1930 em Pernambuco sobre o morar popular (LIRA, 1994). E é considerando-o o modo mais primitivo de casa popular brasileira que Freyre teoriza sobre ele. Contrapondo-se à forte campanha de erradicação da qual o mocambo é alvo, Freyre defende os atributos arquitetônicos deste tipo de habitação: os materiais empregados em sua construção permitiriam uma melhor

aeração em seu interior, bem como seriam uma perfeita alternativa à forte insolação dos trópicos. Seu ‘problema’ residiria apenas na lama sobre a qual eram construídos, bastando para isso que tais construções fossem feitas em outros locais (FREYRE, 1967). Para o autor, o mocambo teria afirmado

“de modo sociologicamente significativo e até esteticamente expressivo, a capacidade do brasileiro rústico para, à base de tradições européias e, principalmente, ameríndias e africanas, de arte de construção vegetal, resolver, como ‘arquiteto autônomo’, problemas importantes de sua fixação em espaço tropical, em face da destribalização e de ajustamento de destribalizados a modernas condições de vida denominada civilizada”(FREYRE, 1967:24).

A valorização do mocambo por Gilberto Freyre deve ser compreendida, contudo, dentro de um movimento político de construção de identidade nacional, no qual a cultura teria importante papel. Conforme aponta Lira, a nação brasileira, abalada politicamente e inviabilizada economicamente, procura nas instâncias da cultura, sedimentação social para um novo projeto de reprodução do capitalismo no país. A valorização da região é ainda necessária, e o Movimento Regionalista de Gilberto Freyre representaria, neste sentido, *“um momento específico da dominação ideológica e da integração das oligarquias dentro do processo mais geral de acumulação”* (LIRA, 1994:51). Desta maneira, o mocambo é inserido por Freyre neste processo de construção de identidade nacional, ao se ajustar às condições botânicas regionais, em harmonia perfeita com o processo ecológico. Derivam daí as quatro zonas fitogeográficas listadas por Freyre, que podem contribuir com seu ‘material vegetal’ para a construção dos mocambos: a da carnaúba, a do buriti, a das barrigudas e a dos coqueiros da Índia (FREYRE, 1967).

Observa-se também a mudança do sentido cultural do mocambo, que deixa de ser o refúgio de negros e, portanto, a subversão das formas escravocratas, para tornar-se a capacidade de ajustamento a uma formação patriarcal ou semi-patriarcal excludente, ou ainda, conforme os dizeres supracitados de Freyre, para se transformar numa capacidade de ajustamento arquitetônico de destribalizados às condições climáticas dos trópicos e aos imperativos de uma nova realidade moderna. Em Freyre, o mocambo deixa de ser a expressão de uma raça para se tornar o símbolo da suave mistura de raças e de suas respectivas culturas. Desta maneira, o mocambo perde sua função política fortemente contestatória, e passa a ser considerado a expressão material da solidariedade étnica e da paz social.

A partir da década de 1970, o termo mocambo cai em desuso, sendo substituído pelo termo favela, já bastante difundido pelos meios de comunicação por todos os centros urbanos do país. Segundo Sousa, apesar de os dois termos serem utilizados para denominar as habitações precárias da população pobre, a utilização cada vez mais freqüente de materiais industrializados na construção das casas, como tijolos e telhas de amianto, juntamente ao aumento dos agrupamentos desse tipo de moradia, levou a ser limitada a utilização do termo mocambo, que era sinônimo de casebres construídos com materiais não industrializados e em agrupamentos de modestas dimensões (SOUSA, 2003).

Além dos diversos estudos elaborados que visaram discorrer sobre a natureza do mocambo, outros foram elaborados com o intuito de promover um melhor conhecimento das condições de vida de sua população, bem como com o objetivo de situá-los na dinâmica sócio-econômica local e regional. Conforme dito anteriormente, a partir da década de 1930 intensificam-se o pensar e o agir sobre o mocambo.

O primeiro estudo sistemático sobre os mocambos foi o censo realizado em 1938, que tinha por objetivo favorecer o conhecimento da realidade da população habitante dos mocambos. As *Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife*, elaboradas pela Comissão Censitária dos Mocambos, tinham também a função de servir de base para as ações de combate aos mocambos que logo seriam postas em prática (SOUSA, 2003).

A partir da década de 1950, duas instituições passam a ter grande importância na realização de estudos sobre a habitação popular recifense. A primeira delas é o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, cujas publicações abordam os mocambos sob duas perspectivas básicas: uma sócio-econômica, como é o caso dos estudos de Antonio Carolino Gonçalves, nos quais o mocambo é apresentado como parte do processo de crescimento urbano; e uma outra perspectiva sócio-cultural, na qual destaca-se o livro *Alagados, Mocambos e Mocambeiros*, de Daniel Uchoa Bezerra Cavalcanti. A outra instituição é a SUDENE, que passa a publicar estudos a partir da década de 1960, e mais intensamente na década seguinte, os quais já apontam para a necessidade da promoção da urbanização das favelas, temática defendida, sobretudo, por Edileusa da Rocha. Esta perspectiva ganha força a partir da década de 1980, e será retomada mais adiante (SOUSA, 2003).

2.2 – A Intervenção do Poder Público

No tocante às intervenções oficiais para fazer frente à questão habitacional da cidade do Recife, temos, na década de 1930, o início sistemático da intervenção do poder público neste âmbito, com a implementação da Liga Social Contra o Mocambo, pelo interventor estadual Agamemnon Magalhães.

É necessário destacar alguns pontos referentes ao contexto sócio-político no qual a Liga se desenvolveu. Ainda no início do século XX, a questão urbana passa a ser vista como questão de

saúde pública, no bojo do desenvolvimento de uma vanguarda médica positivista. O setor habitação receberá, neste sentido, atenção especial. As perspectivas do que seria uma ação de higiene pública eficaz assumem ares classistas, e os mocambos passam então a ser considerados uma chaga que deve ser extirpada da cidade, para o bem dos habitantes mais abastados. A década de 1930 traz o Estado Novo, e com ele, a centralização administrativa, a busca da ordem e o combate ao comunismo. O padrão do relacionamento existente entre a força de trabalho e o Estado orientará o entendimento que o poder oficial terá da questão habitacional. Isso significa que a habitação será a ‘ferramenta’ utilizada para a manutenção da ordem, ou, em outras palavras, significa dizer que a insalubridade dos mocambos era vista como uma possível causa de insatisfação social, o que poderia contribuir para a disseminação do comunismo em meio proletário. O controle dos sindicatos e o combate ao mocambo passam, desta maneira, a ser os principais objetivos do governo de Agamemnon Magalhães (MELO, 1985).

A atuação da Liga foi orientada pelo recenseamento realizado no ano de 1938 junto aos mocambos. Os dados levantados são alarmantes: de uma população total de 500 mil habitantes na cidade, 164.877 residiam nos mocambos, os quais totalizavam 45 mil unidades. Destes, apenas 3 mil eram próprios e apenas 4.070 possuíam fossas. Cerca de 77% das habitações eram cobertas por palha e 82% tinham o chão de terra batida (SOUSA, 2003). A maioria de sua população era empregada e alfabetizada, e 62,7% das crianças freqüentavam a escola regularmente. (PANDOLFI, 1984). Seria necessário fazer frente a tais habitações precárias, e é com este intuito que passam a ser publicadas, no jornal Folha da Manhã, colunas diárias escritas por Agamemnon Magalhães, por meio das quais é feito um trabalho de doutrinação da população contra os mocambos. Estes são vistos como a causa, e não como a

consequência, de uma situação de desigualdade econômica. Nas colunas, Agamemnon Magalhães pregava que o fim dos mocambos representaria a elevação moral de seus habitantes, a melhoria de seu padrão de vida e de seu nível de consumo. Os mocambos também eram considerados responsáveis pela concentração urbana e pelo êxodo rural, por serem moradias de fácil acesso em meio urbano, e, por conseguinte, pelos baixos salários. A esse respeito, ver anexo 1. Para Pandolfi, a experiência da Liga

“representa um pioneirismo que só pode ser compreendido dentro de um sistema político autoritário e repressivo, mas também profundamente preocupado com a sua legitimação junto aos diversos setores da sociedade. A interventoria, através dos seu poder discriminatório, (...) difundia a idéia de que a destruição dos mocambos beneficiaria a todos: mocambeiros, proprietários de terrenos, comerciantes etc. Esta era uma tentativa de pôr em prática a proposta de ‘consenso máximo’” (PANDOLFI, 1985:67).

Em 12 de julho de 1939 é fundada a Liga Social Contra o Mocambo, órgão privado parcialmente financiado pelo poder público, cuja finalidade era oferecer casas populares a trabalhadores sindicalizados ou não, paralelamente à demolição dos mocambos existentes. Como a interventoria se baseava no direito de propriedade como direito natural de cada cidadão, as casas seriam pagas por seus moradores conforme seus salários (PANDOLFI, 1984). Com o intuito de promover o soerguimento moral dos moradores do mocambo que fossem transferidos para as casas populares, foram desenvolvidos, com o apoio da Igreja Católica, os Centros Educativos Operários, que seriam responsáveis pela realização de um trabalho doutrinário junto ao operariado. A partir da oferta de um programa de educação que incluía orientações domésticas e sociais, seria combatido qualquer foco de disseminação comunista. Com a orientação de que as casas fossem

construídas conforme o critério profissional, surgem as primeiras vilas operárias, que revelam o estímulo do governo à sindicalização dos operários e a preocupação com o controle da força de trabalho (CAVALCANTI, 1965).

A ‘Liga’ logo se revelará, porém, ineficaz frente ao problema habitacional recifense. Na verdade, ela se consistiu mais na prática de demolições sistemáticas de mocambos, sobretudo daqueles localizados nas áreas mais centrais da cidade e nas proximidades dos grandes eixos de circulação, do que na construção de um número substancial de habitações. A demolição visava, sobretudo, os mocambos de aluguel e aqueles construídos com materiais precários, o que estimulou a utilização de materiais industrializados na construção de novas unidades. Os habitantes dos mocambos demolidos eram expulsos para os limites da cidade, tanto pela Liga quanto pela Prefeitura. O *Relatório da Liga Social Contra o Mocambo* revela que no período 1939-1944 foram construídas 7.582 casas populares por iniciativa da Liga em parceria com diversos institutos de previdência e algumas fábricas, em oposição a cerca de 12 mil mocambos demolidos, o que representou cerca de 30 mil pessoas da massa miserável desalojadas sem que houvesse provisão de uma habitação que pudesse balancear a situação (MELO, 1985). Junte-se a esse disparate entre o número de habitações construídas e o número de mocambos demolidos a postura clientelista da Liga, que privilegiava os operários sindicalizados para a concessão das casas. Pandolfi afirma que muitas vezes o que acontecia era a doação da casa a um ‘mocambeiro’ e posterior expulsão deste para que a residência passasse às mãos de algum trabalhador sindicalizado (PANDOLFI, 1984).

Em 1945 a Liga foi transformada no Serviço Social Contra o Mocambo, uma autarquia Estadual que tinha os mesmos objetivos que os seus. No entanto, a nova conjuntura histórica vigente no

pós-guerra, mais democrática, reflete-se num refluxo do combate ao mocambo (MELO, 1985). Pandolfi afirma que, no contexto da nova conjuntura vigente, o Serviço Social Contra o Mocambo *“desenvolve mais o seu aspecto assistencialista. Sem dispor de esquemas repressivos e doutrinários tão eficientes como os utilizados durante o Estado Novo, a entidade se enfraquece gradualmente”* (PANDOLFI, 1984:66). Em razão da menor repressão, os mocambos *“empurrados do Recife para as áreas limites dos municípios, (...) foram voltando. A princípio, timidamente, acovardados. Depois, aos borbotões”* (CAVALCANTI, 1965).

O Serviço Social Contra o Mocambo cede lugar, em 1965, para as Companhias de Habitação Popular – as COHABs. No Estado de Pernambuco, a COHAB dividia-se inicialmente na COHAB-Recife e na COHAB- PE, mas o fraco desempenho de ambas levou à sua fusão em 1975. Apesar de o número de imóveis construídos pela COHAB ter sido expressivo em termos absolutos – 80 mil até o ano de 1987, tal empreendimento teve como público alvo não a população mais pobre da RMR, mas aquela que tivesse as mínimas condições financeiras para pagar pelas habitações. Acrescente-se a isso a distância dessas construções do núcleo central metropolitano: visto que os conjuntos habitacionais deveriam ser construídos em terrenos amplos e mais baratos, eles localizaram-se preferencialmente nos municípios periféricos da aglomeração. Dessa forma, a COHAB não fez frente ao crescimento das favelas. O contingente da população mais pobre, que era de cerca de 150 mil pessoas em 1965, subiu para 270 mil pessoas em 1987 (SOUSA, 2003).

É nesse contexto que a idéia de urbanização das favelas, já defendida desde a década de 1940 por alguns estudiosos, ganha gradativamente força. O fortalecimento social por meio das associações de moradores, somente possível com a vigência de um

período político mais democrático, foi fundamental para que esta nova forma de relacionamento entre poder público e favelas fosse possível. Não bastava à população de algumas aglomerações carentes apenas reivindicar pela não demolição das habitações, mas também exigir a implantação de serviços básicos nessas localidades. Em 1979 é implementado, pelo BNH, o PROMORAR, que atuaria em certas áreas da cidade – sobretudo aquelas já consolidadas- realizando a regularização fundiária, a implantação de serviços essenciais e empréstimos à população para a melhoria de suas casas. Nas áreas em que o PROMORAR não atuaria, prosseguiriam as atividades de urbanização setorizadas (SOUSA, 2003).

Seguindo a perspectiva de que a urbanização das favelas é a maneira mais adequada para fazer frente à problemática habitacional na cidade do Recife, introduz-se a instituição das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife. As ZEIS são definidas como *“assentamentos habitacionais populares, surgidos espontaneamente a partir de ocupações em áreas públicas e privadas, não dispendo de infra-estrutura básica de urbanização e sem ter sua situação fundiária regularizada”* (PREZEIS, Manual para Lideranças, 1997). Em 1987 é aprovada a Lei Municipal que cria o PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - que visa promover a urbanização e a regularização fundiária das ZEIS, garantindo, neste sentido, a inclusão de áreas populares no planejamento urbano. O PREZEIS foi elaborado por setores do movimento popular em conjunto com a Arquidiocese de Olinda e Recife e visa contribuir para evitar a remoção da população pobre para zonas periféricas da cidade, distantes do mercado de trabalho e dos equipamentos coletivos. Além das áreas já transformadas em ZEIS, outras poderiam adquirir

este estatuto, a partir dos predispostos contidos no PREZEIS (PREZEIS, Manual para Lideranças, 1997).

* * * * *

A questão habitacional recifense encontra-se intimamente ligada, em resumo, à existência do mocambo. Este deixa de ser um tipo de habitação de forte enraizamento sócio-cultural para denominar o tipo de habitação popular existente inicialmente na cidade do Recife, e posteriormente, na sua região metropolitana. Transforma-se de mocambo em habitação insalubre, ou ainda, em habitação de favela. No processo de metropolização recifense, o mocambo adquire novas feições, a partir da incorporação de novos materiais, bem como ‘invade’ áreas que antes não ocupava. É alvo de diferentes formas de intervenção do poder público. Continua, no entanto, a ser a forma de morar de um certo grupo de excluídos: não mais os excluídos – ou auto-excluídos, do sistema patriarcal, portadores de uma origem étnica bem definida, mas os excluídos do sistema capitalista, muitas vezes mestiços, integrantes do exército de sub-empregados, ou desempregados, do inchado terciário recifense. Seja qual for o nome que associemos à habitação precária de parcela da população, não devemos deixar de compreender que a forte desigualdade de renda, causa de sua existência, persiste ao longo dos anos, na Região Metropolitana do Recife.

II

CONSTRUINDO A PESQUISA

Após a breve apresentação de algumas considerações sobre a questão habitacional da cidade do Recife, com destaque para a importância que o mocambo assume nesse contexto, trazemos, no presente capítulo, as bases sobre as quais nossa pesquisa se assenta. Além da argumentação teórica, apresentaremos as fontes de nosso estudo e as etapas trilhadas durante a elaboração da pesquisa. Finalmente, apresentaremos de forma breve alguns aspectos da vida dos autores dos textos a serem analisados, informações estas que consideramos de suma importância para a compreensão dos significados atribuídos por eles ao mocambo.

1 – Geografia e Literatura

A presente pesquisa consiste no estudo da paisagem dos mocambos da cidade do Recife a partir de uma forma específica de representação: o texto literário. A Geografia Cultural apresenta-se como importante quadro de referência teórica no estudo das representações da paisagem, ao favorecer a análise de seus aspectos simbólicos e permitir o recurso aos mais variados tipos de fontes para que tais estudos sejam realizados. Nos dizeres de Cosgrove (1998:110), *“pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas, filmes e canções podem oferecer uma firme base a respeito dos significados que lugares e paisagens possuem, expressam e evocam, como fazem fontes convencionais ‘factuais’..*

Visto que optamos pelo estudo de uma forma específica de representação de uma paisagem urbana, orientaremos nossa discussão teórica em dois momentos. O primeiro é o da breve discussão do conceito de paisagem, com destaque para sua dimensão simbólica; e o segundo é o da discussão das possibilidades de realização de um estudo geográfico a partir de textos literários.

1.1 – A dimensão simbólica da Paisagem

O conceito de paisagem apresenta uma grande variação de acepções ao longo da história do pensamento geográfico, ganhando a partir do século XX uma abordagem geográfica, primeiramente com os geógrafos alemães. Na década de 20, estudos realizados por Carl Sauer em Berkeley colocam a paisagem como tema central e como elemento unificador da Geografia. Ela é considerada por ele como *“uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”* (SAUER, 1998:23), ou seja, como paisagem cultural, analisada a partir de suas características físicas, como a morfologia, e culturais, assumindo aqui a cultura o mesmo sentido de conjunto de técnicas, adotado até então por geógrafos franceses e alemães. Os estudos focalizavam as sociedades tradicionais e visavam ressaltar a ação transformadora do homem na superfície terrestre, daí a ênfase dada às tecnologias empregadas, às formas resultantes dessa ação e até certo ponto, aos aspectos não-materiais da cultura, como, por exemplo, a religião (CLAVAL, 1999). No entanto, a ênfase dada às formas visíveis da paisagem somente seria superada posteriormente, a partir da redefinição do conceito de cultura.

A partir da década de 70, a paisagem retorna ao centro das pesquisas geográficas, impulsionada pela modificação do conceito de cultura ocorrida em outras áreas das ciências sociais, como a Antropologia. Seus aspectos subjetivos passam a ser valorizados, e uma análise de seus significados torna-se possível. A respeito desta modificação conceitual, afirmam Cosgrove e Jackson (2000:18):

“Ao reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, os estudos recentes de Geografia Cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem.

Segundo eles, o conceito de paisagem é, ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem de ser entendida em relação à apropriação material da terra. Assim, as qualidades simbólicas da paisagem, que produzem e sustentam seu significado social, tornaram-se objeto de pesquisa, ampliando as fontes disponíveis para a Geografia cultural”.

A existência da paisagem, desta maneira, transcende o agrupamento de elementos materiais para significar um “modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo”, sendo, portanto, indissociável das relações que a sociedade, através da cultura, estabelece com o meio que a cerca, já que suas qualidades simbólicas funcionariam não só como reflexo, mas também como condição desta relação.

A paisagem é, portanto, simbólica, podendo ser matéria de diversas representações ou interpretações. Em relação ao primeiro aspecto, Daniels e Cosgrove argumentam em sua obra *The Iconography of Landscape* (1998), que a paisagem é uma imagem cultural, um meio pictório de representação, estruturação e simbolização surpreendentes, que pode assumir as mais variadas formas: a pintura na tela, a escrita no papel ou ainda um poema. Os mesmos autores acrescentam que “*cada estudo da paisagem além disso transforma seu significado, depositando ainda uma outra camada de representação*” (DANIELS e COSGROVE, 1998:1). Neste sentido, tornam-se possíveis estudos que recorram a fontes variadas para decodificar o simbolismo contido nas paisagens, e através deste ato, atribuir a tais representações interpretações diversas mas que não podem ser consideradas como as únicas possíveis.

No que se refere às interpretações da paisagem, destacamos a contribuição de Douglas Meinig (1996:35), que argumenta que *“qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes”*. O ‘corpo de idéias’ que cada indivíduo apresenta em relação a uma dada paisagem definirá os significados a ela atribuídos, o que permite que Meinig sugira dez possíveis ‘versões da mesma cena’, ou seja, dez maneiras através das quais a paisagem pode ser interpretada: como natureza, como habitat, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar ou como estética.

Denis Cosgrove também apresenta sua proposta de análise da paisagem. Em seus estudos, percebe-se a influência recebida da Antropologia e do materialismo dialético. Baseando-se em Raymond Williams, de um lado, quanto ao conceito de cultura, que seria um sistema de produção de significados (DUNCAN, 1990), e quanto à identificação de culturas dominantes e alternativas (WILLIAMS, 2002), e por outro lado na perspectiva marxista de que a paisagem deve ser analisada como resultante da forma como a sociedade a organiza a partir do modo de produção, dotando-a de significados (MELO, 2001), Cosgrove propõe a existência das paisagens dominante e alternativa. A primeira é a expressão espacial da sobreposição cultural de um grupo dominante dos meios de vida sobre outro grupo a ele subordinado. Estes grupos dominantes teriam na paisagem um elemento de manutenção e reprodução de seu poder, através dos simbolismos contidos nela. As paisagens alternativas, por sua vez, são menos visíveis na paisagem, mas podem parecer dominantes no caso de mudanças na escala de análise. Mas mesmo sendo dominante localmente, são subordinadas à cultura dominante.

Estas paisagens podem ainda ser sub-divididas em residuais, emergentes e excluídas (COSGROVE, 1998).

Apresentamos aqui um breve resgate de algumas contribuições teóricas acerca da dimensão simbólica da paisagem. Em nosso estudo sobre a paisagem dos mocambos do Recife, a aceitação de sua dimensão simbólica permite compreender o porquê das várias interpretações geradas acerca deste tipo de habitação popular.

1.2 – Geografia e Literatura

Passaremos agora às contribuições teóricas no que refere-se aos estudos geográficos sobre textos literários. Subdividimos esta seção em dois momentos: no primeiro apresentamos como a Literatura torna-se um tema de estudo geográfico e no segundo, destacamos algumas características importantes do texto literário, bem como apresentamos algumas contribuições teóricas a esta linha de pesquisa.

1.2.1 - Literatura, um Tema Geográfico

O interesse geográfico por textos literários não é recente. As primeiras manifestações de esforços nesse sentido podem ser encontradas no início do século XX, mesmo que ainda sem um interesse em transformar a Literatura em um novo campo de pesquisa geográfica. Ao contrário, nos pouco numerosos artigos geográficos escritos até a década de 1970 sobre o assunto, vinculados à Geografia Regional de inspiração francesa, os romances eram tomados como complemento à pesquisa geográfica. Esta perspectiva toma a Literatura apenas como fonte complementar para os estudos geográficos, no que se refere à busca de informações sobre os lugares e os tempos passados. O romance é analisado de forma objetiva, e busca-se nele informações positivas, seja em se tratando do romance contemporâneo ou do romance de época. Os relatos de viagens, e

sobretudo o romance realista do século XIX, são valorizados por oferecerem ‘informações’ sobre as paisagens, os lugares e os homens, servindo, assim, de ferramenta para o exercício geográfico, ao fornecerem uma ‘síntese’ sobre os lugares. É pertinente, no entanto, o questionamento que Brosseau faz sobre tais estudos, no que diz respeito à capacidade dos autores em reproduzir objetivamente os lugares e as paisagens. (BROSSEAU, 1996).

Com o início da década de 1970, os estudos geográficos sobre textos literários ganham incremento, a partir da influência de modificações ocorridas na década anterior no seio das ciências humanas (BROSSEAU, 1996), notadamente na Antropologia, com a qual a Geografia Cultural de língua inglesa apresenta estreitas relações. A modificação na concepção da cultura e a crise de representação ocorridos na Antropologia passaram a integrar os debates geográficos, servindo de base para as novas discussões no âmbito da Geografia Cultural (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 1993). Em relação à cultura, verifica-se um crescente número de críticas às abordagens que a tomavam como uma entidade supra-orgânica - postura defendida, na Geografia, pela Escola de Berkeley - que redundaram na valorização de sua dimensão simbólica no processo de reprodução social (DUNCAN, 1990; DUNCAN 2002). Quanto à crise de representação, verifica-se a centralidade conferida às questões do texto e da textualidade, tendo a Literatura geralmente assumido destaque nesse processo.

Esses dois pontos de discussão na Antropologia – cultura e textualidade – convergem na metáfora da cultura como um texto, proposta por Clifford Geertz (1989), que refere-se basicamente à sua condição instável quanto à significação que possa assumir, estando aberta, neste sentido, a múltiplas significações. Tal metáfora ‘salta’ da Antropologia para a Geografia, transformando o olhar que se tem

sobre o conceito de paisagem. Conforme Mondada e Söderström (1993), a paisagem como um texto constitui-se na metáfora central da Geografia Cultural atual: *“a paisagem tornou-se um texto cuja significação é instável e cuja escritura e leitura estão engajados em processos sociais e políticos conflitivos”* (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 1993:76). Ainda conforme estes autores, *“contrariamente à tradição saueriana, a paisagem concebida como um texto permite, de alguma maneira, restituir vida a esse processo de inscrição à montante que deu forma à paisagem, e também conceber, a jusante, as diversas estratégias de interpretação das quais ela pode ser objeto”* (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 1993:76-77). Um dos exemplos da análise da paisagem como um texto é o estudo de Duncan (1990) sobre a significação da paisagem de Kandy, no Sri Lanka, que será retomado mais adiante.

Retomando a exposição feita anteriormente sobre a evolução dos estudos geográficos sobre textos literários, percebe-se uma mudança no formato dos estudos nesta linha a partir da década de 1970. Conforme nos aponta Brosseau (1996), a Geografia inglesa de inspiração humanista surge como uma reação à produção da Nova Geografia, sugerindo que o objeto do estudo geográfico deveria ser o lugar e a relação que os indivíduos estabelecem com ele. Em relação à Literatura, esta teria importância para o estudo geográfico por transcrever as experiências concretas que o autor tem com os lugares, sendo vista assim como o resultado de percepção da qual o romance guardará o vestígio. Este (o romance) daria conta não apenas dos aspectos objetivos da realidade, mas também de sua subjetividade, sendo assim o encontro entre o mundo objetivo e o mundo da subjetividade humana. O romance realista também é valorizado nesta perspectiva, pois seria capaz de expressar a alma do autor e de possibilitar uma valorização de um pertencimento territorial rico em

sentidos, todavia perdidos, em reação aos espaços estandardizados do século XX. Neste sentido, observa-se uma tendência a tomar o romance, em especial o realista, de forma também utilitária, sendo que agora em relação às experiências pessoais do autor em relação a dado lugar. Tais experiências são tidas como verdadeiras e desta forma a análise literária retém-se no plano do imaginário e negligencia o processo criativo do autor e do uso que este faz dos recursos da linguagem. Para o referido autor, tal abordagem é considerada problemática e ‘empobrecedora’ dos estudos geográficos.

Ainda durante a década de 70 surge uma outra proposta de análise literária em Geografia, oriunda da corrente denominada Geografia Crítica. Segundo esta linha de pesquisa, a Literatura ‘serviria’ como forma de denúncia da situação vigente e também como uma forma de apontar meios de organização contrários ao monopólio da realidade estabelecida. Poucos são os estudos que realizam uma interpretação radical de trabalhos do ponto de vista geográfico, preferindo identificar as carências nos pontos de vista humanista - o que Brosseau chama de ausência de auto-crítica -, como é o caso dos estudos de Cook e J.Silk, este último sendo defensor da idéia de que a Literatura deveria estar a serviço da mudança social e se opor à ideologia dominante, englobando linhas de pesquisa sobre o feminismo, o regionalismo, o separatismo e o nacionalismo anti-fascista. Os romances regionalistas do século XIX não são valorizados na perspectiva crítica, que os considera ‘não-realistas’, em contraposição a uma Literatura ‘engajada socialmente’, considerada como ‘verdadeiramente realista’.

Sobre as três correntes de análise literária em Geografia vistas anteriormente, Brosseau tece uma crítica interessante para nosso debate. Todas as visões acima apresentadas tomam a Literatura de uma maneira instrumental, através da qual sua importância não estaria

em sua estrutura, mas nas relações que esta faz com a realidade, tendo, portanto, uma importância *alheia* a si. Segundo o autor, esta “*característica instrumental (...) repousa evidentemente sobre motivos diferentes, mas as razões são geralmente as mesmas, servir a suas próprias causas: para uns a Literatura serve de fonte de informações, para outros para recolocar o homem no centro das preocupações, ou ainda para criticar o status quo por uma melhor justiça social*” (Brosseau, 1996:50). A crítica à perspectiva instrumental usualmente conferida ao romance levará Brosseau a defender a idéia do método dialógico, o qual será detalhado na próxima seção.

Podemos observar, a partir do exposto, o destaque recebido pelo romance realista europeu nas análises geográficas, fato apontado também por Pocock (1988). Segundo este autor, o romance tem sido esmagadoramente o gênero escolhido para a análise geográfica não apenas por ser o que comporta o maior número de escritos na Literatura, mas também pela ênfase que ele confere aos cenários e à paisagem. No entanto, não é privado o estudo que englobe outros gêneros, como a poesia, incluindo a que se apresente em forma de música, entre outros. Tal ampliação da concepção do que seja um texto literário só colabora para a ampliação de estudos geográficos, que poderão debruçar-se sobre os diversos espaços literários, e não somente sobre os espaços romanescos.

1.2.2 - Da Natureza do Texto Literário às Contribuições Teóricas

Após apresentarmos, em linhas gerais, o processo que transformou a Literatura em um tema de estudo geográfico, trazemos, nesta seção, algumas contribuições a esta linha de pesquisa. Tais contribuições podem ser consideradas caminhos distintos quanto à metodologia de análise dos textos literários, mas certamente partem

de um ponto em comum: a centralidade que o espaço adquire em tais textos. Segundo Brosseau (1996:89), o espaço literário *“não tem somente um simples estatuto de cenário; ele não é somente o receptáculo mudo de sentido do qual a ação o carregará, porque a ação é também condicionada por ele”*.

Antes que tais contribuições sejam expostas, acreditamos ser interessante tecer algumas considerações sobre a natureza do texto literário. Este apresenta características que o individualizam, que o tornam passível de análises as mais diversas.

Conforme Massaud Moisés (1973), texto é todo o documento que pressupõe leitura, mesmo que sua apresentação não se dê pela página convencional, mas por diferentes instrumentos de registro – slides, cartazes, fitas ou discos. Permanece, contudo, a condição básica do texto, a de ser um documento ‘escrito’, visual ou oralmente transmitido, destinado à leitura. O mesmo autor adverte, porém, que nem todo texto pode ser classificado como texto literário. Suas características específicas são de extremo interesse aos objetivos do presente estudo.

Moisés difere os diversos tipos de textos pelos signos ou símbolos neles contidos. Signos ou símbolos são, conforme o autor, representações ou projeções de uma pré-concepção operada mentalmente e que se materializa por meio deles. Cada forma de conhecimento emprega signos específicos - o que resultará em textos diferenciados -, que podem ser classificados das mais variadas maneiras. Eles podem ser, quanto à forma, palavras e não-palavras, e quanto à valência, univalentes ou denotativos e polivalentes ou conotativos (MOISÉS, 1973:22). A Literatura utiliza palavras polivalentes (metáforas, num sentido amplo) para expressão do conhecimento, sendo a polivalência do signo responsável pelos diversos significados que podem ser atribuídos ao texto literário.

Partindo desses argumentos, a Literatura apresenta-se como um modo de conhecimento expresso por palavras polivalentes, que apresentam deformadamente a realidade, ou ainda, como ficção expressa em palavras de sentido múltiplo e pessoal. Nas palavras do autor,

*“o desprezo por copiar o real significa desviar-se dele, deforma-lo, mentir, ‘fingir’ a realidade, ou inventar uma outra realidade, à sua imagem e semelhança, mas individualizada e ‘autêntica’ a seu modo. A ficção, entendida como o universo interior onde estão armazenados e transfigurados os produtos da percepção sensível e emotiva da realidade ambiente, faz aqui sua entrada. Por isso podemos dizer que a **Literatura é ficção**. E se entendemos os conteúdos da ficção como compostos das imagens ‘deformadas’ e transfundidas do mundo real, é imediato assumir que ficção e imaginação se equivalem, e um termo pode ser perfeitamente tomado pelo outro”* (MOISÉS, 1973:25).

Podemos concluir, a partir do exposto, que o texto literário está, por conta de sua natureza conotativa, aberto a múltiplas significações. Neste sentido, as colocações de Moisés se encontram com as de Bastos (1993), para quem a Literatura é uma representação parcial e plural da realidade, um discurso sobre o real formado a partir da relação que o escritor estabelece com o contexto cultural no qual se insere. Nesta construção de discursos, uma dada representação do espaço é apresentada, e neste sentido, uma análise literária pela Geografia deverá buscar decodificar os símbolos e imagens que compõem a estrutura do texto por meio dos quais o espaço se torna visível.

Passaremos agora à apresentação das contribuições de James Duncan e Marc Brosseau aos estudos geográficos sobre textos literários. Como já exposto anteriormente, tais pesquisadores

desenvolvem estudos de natureza distinta, mas que partem da importância que o espaço adquire em certos textos literários, o que permite ao geógrafo um importante ganho em seus estudos.

O estudo de James Duncan sobre a paisagem da capital do reino de Kandy, no Sri Lanka (DUNCAN, 1990), no começo do século XIX, é uma importante contribuição à pesquisa geográfica sobre textos literários, sobretudo no que se refere à relação genética que tais textos apresentam com o contexto no qual foram desenvolvidos. Ao propor a análise de textos sagrados como caminho para decodificação dos processos de reprodução social que utilizam a paisagem como importante meio de comunicação, Duncan apresenta uma importante contribuição aos estudos da dimensão cultural do espaço urbano. Segundo o método proposto, ao qual chamaremos de *metáfora textual*, a paisagem pode ser compreendida como um texto, através do qual *“um sistema social é comunicado, reproduzido, experienciado e explorado. Apresenta, assim, uma qualidade estruturada e estruturante.”* (DUNCAN, 1990:17) Tal concepção de paisagem baseia-se na concepção cultura de Raymond Williams, considerada um sistema de significados através do qual uma ordem social é comunicada. Essa perspectiva da cultura aproxima-se de outras, externas à Geografia e já brevemente apresentadas, segundo as quais a cultura seria um texto aberto a múltiplas leituras, algumas mais hegemônicas que outras, mas todas sendo interpretações políticas.

Duncan propõe duas abordagens através das quais poderíamos dar conta do significado da paisagem. A primeira refere-se à valorização dos relatos de indivíduos que apresentem diferentes relações com a paisagem que se deseja estudar, ou seja, a variação do vínculo que os locais, os não-locais e os geógrafos apresentam com o espaço pode oferecer diferentes percepções da mesma paisagem.

A segunda abordagem trata da natureza de alguns tropos através dos quais a paisagem atua como um sistema de significados. Tropos são figuras de palavras que Duncan associa a certos elementos da paisagem, e quando estes elementos assumem um sentido novo, podem comunicar uma cultura e as relações de poder associadas a ela. Para o estudo sobre a capital do reino de Kandy, o autor destaca as seguintes figuras: alegoria, sinédoque e metonímia.

No caso específico do reino de Kandy, sua paisagem comunica o mundo dos deuses, considerado como sendo semelhante ao mundo dos humanos, e é alegórica *“no sentido de que ela é uma representação concreta das paisagens de uma ordem superior”* (DUNCAN, 1990:20). A partir do momento em que a estrutura da cidade de Kandy assemelha-se à cidade dos deuses, todo um conjunto de normas e de leis associados à cidade divina é introjetado na conduta dos cidadãos. No entanto, esta mesma paisagem fornece a possibilidade de inúmeras interpretações, sobretudo quando se consideram as diferenças sociais existentes na sociedade do Reino de Kandy.

Duncan também recorre à sinédoque, que refere-se ao emprego de uma parte pelo todo e vice-versa. Há certos elementos na paisagem que permitem que uma narrativa inteira seja evocada na mente do observador. Como a complexidade da narrativa não pode ser reproduzida em todas as construções da cidade, através da sinédoque a evocação da narrativa se faz possível através de um único elemento.

Finalmente, a metonímia é o outro tropo utilizado por Duncan, segundo o qual uma palavra ou um ícone é associado a um outro sentido com o qual apresenta-se vinculado por relações de contigüidade. O autor nos oferece um exemplo que envolve palavras. O rei de Kandy é chamado de ‘O Grande Portão’, em alusão aos grandes portões do palácio real, que significam o limite entre o mundo dos humanos e o mundo divino. Dessa forma, o rei seria uma

figura limiar, representante dos céus na terra, “*não totalmente humano e nem totalmente um deus, em um palácio não totalmente deste mundo e nem do mundo dos deuses*” (DUNCAN, 1990:21).

A partir da utilização de tropos e da relação estabelecida entre eles e certos elementos da estrutura da cidade de Kandy, Duncan propõe uma forma de estudo da paisagem urbana que valorize sua capacidade de comunicar uma ordem social e, desta forma, orientar a conduta da população comum do reino, em função do sentimento de pertencimento a uma cultura criada pelos deuses. Isso é possível a partir do momento em que se relacionam conceitos do campo da Literatura aos estudos geográficos.

As contribuições de Marc Brosseau aos estudos geográficos sobre textos literários partem da proposição do método dialógico (BROSSEAU, 1996). O diálogo aparece como uma opção plausível para a análise do romance, sendo uma possibilidade de comunicação entre Geografia e Literatura, enquanto campos autônomos do conhecimento; e contribuindo, assim, para o pensar do lugar pela Geografia. Contrapondo-se a uma interpretação do texto em sua totalidade, está a proposta de uma compreensão dos espaços e dos lugares no texto, de forma não estandardizada a partir do método do diálogo.

Segundo esta perspectiva, para que o diálogo seja estabelecido, o romance não deve ser tratado como um objeto, mas como um outro sujeito, visto que um diálogo só pode ocorrer entre dois sujeitos. O romance apresenta uma forma específica: ele não é um discurso científico, logo não diz a mesma coisa e nem apresenta a mesma forma que aquele, além de não possuir compromisso com a utilidade. Por isso, ele não pode ser tratado como uma ferramenta, mas deve ser respeitado em sua especificidade. Conforme argumenta Brosseau (1996:55), a

“especificidade deste modo de expressão em relação àquele das ciências humanas deve ser plenamente assumido se busca-se compreender melhor o que o romance pode nos ensinar de novo ou de diferente sobre a escrita dos lugares. Só que, este ganho cognitivo (...) não se obtém pela simples transferência de um domínio a outro, pela tradução do que exprime um na linguagem do outro. Geografia e Literatura não são vasos comunicantes”.

Ainda segundo o autor, o método dialógico procura evitar

“a crença na capacidade da ciência exprimir em suas palavras aquilo que o romance diz (escreve). O diálogo é somente uma outra estratégia que permite ao geógrafo entrar em contato com o romance, interrogar sua própria relação com a linguagem e a escrita graças a um encontro com este outro sem buscar assimilá-lo. Colocar o romance como sujeito, como ‘totalidade’, não significa nada além de dizer que ele nos é impermeável, embora haja uma maneira própria (e esta pode ser verdadeira para cada romance particular) de produzir sentido, uma coerência de sentidos, que resiste aos mais sutis esforços do analista em o transformar [o romance] em objeto” (BROSSEAU, 1996:60-61).

A partir do proposto, Brosseau apresenta alguns pontos de reflexão interessantes. Recorrendo às contribuições de Bachelard, Tuan e Berdoulay, o autor desenvolve a relação entre o espaço e o imaginário. A imaginação, entendida por Bachelard como dinamismo organizador da ‘realidade’, desempenha importante papel na construção de espaços na Literatura. As contribuições de Tuan e Berdoulay, por sua vez, residem na discussão acerca da utilização de metáforas. Para o primeiro, a evocação semântica do procedimento metafórico permite aceder a um melhor conhecimento das qualidades

vividas do meio ambiente. Segundo Brosseau, a questão da metáfora transborda do quadro da imaginação poética, sendo de interesse epistemológico de primeiro plano. Para Vincent Berdoulay, a metáfora é uma importante fonte de criatividade para o pensamento geográfico, que propicia um ganho cognitivo graças ao estabelecimento de uma relação inédita entre duas idéias ou sistemas de idéias; renovando ao mesmo tempo nossa maneira de abordar a realidade e de a transmitir. Para Brosseau, a metáfora permite uma nova organização do saber e reaproxima o *andar* científico da criação poética.

Um outro ponto destacado por Brosseau é o da importância que a descrição apresenta para o estudo do espaço romanesco. A descrição, associada ao espaço, foi por muito tempo considerada momento de parada na seqüência narrativa, mas estudos como os de P. Hamon, Raimond e Clozier, entre outros (BROSSEAU, 1996), mostram que ela apresenta caráter dinâmico e organizador, colaborando para uma melhor compreensão da importância e do papel do espaço dentro da trama. Assim, a descrição é importante para a Geografia, e ao contrário de associar-se ao caráter meramente descritivo de uma Geografia Regional clássica, estaria intimamente ligada à explicação. Brosseau acrescenta ainda que a descrição pode se tornar o lugar onde a narrativa é relançada, ‘recontando’ os eventos sobre os quais esta passaria em silêncio.

Por fim, a abordagem da história literária e dos gêneros traz a contribuição de Bakhtin com o conceito de cronótopo, que busca alcançar a *‘correlação essencial das relações espaço-temporais’* (Bakhtin citado por Brosseau). Para Brosseau (1996:100), esta noção é *“uma ferramenta preciosa na tentativa de apreender os problemas do espaço-tempo no conjunto do romance e nos ensina que não é possível compreender um sem o outro”*. Assim, o recurso ao

conceito de cronótopo serve para que se defina mais precisamente o tipo de universo com o qual o diálogo será estabelecido, quando do contato com o romance.

* * * * *

Buscamos, nessa seção, apresentar a pertinência da realização de estudos que unam Geografia e Literatura, mais especificamente no que se refere à proposta de decifrar a dimensão simbólica da paisagem por meio de sua representação literária. Os mocambos do Recife constituem uma paisagem urbana que, a despeito de sua dimensão mais objetiva, foram e continuam sendo alvo de discursos múltiplos, dos quais visamos destacar dois, expressos por meio do texto literário.

2 – A Escolha dos Autores e os Caminhos da Interpretação

Nesta seção, discorreremos brevemente sobre a escolha dos autores e os caminhos trilhados para análise de suas obras. Destacaremos alguns aspectos importantes de suas vidas e o material selecionado para a análise geográfica proposta.

A escolha dos autores resulta do processo de pesquisa iniciado no desejo de aprofundar, numa dissertação de mestrado, o tema abordado na monografia de final de curso, que consistiu na análise geográfica das composições musicais do artista Chico Science. Nosso objetivo inicial consistia na análise da obra de um só autor – no caso, compositor –, mas a necessidade de uma delimitação mais precisa sobre quais aspectos da obra de Chico Science deveriam ser enfatizados, orientou a pesquisa para outros caminhos.

Uma segunda etapa da construção do objeto de estudo foi, então, a decisão de que nossa análise se dedicaria à percepção que o referido artista apresenta sobre questão habitacional, mais precisamente sobre os mocambos. Este é um dos temas enfatizado por Chico Science em

suas canções, e nesse sentido, acreditávamos ser pertinente proceder de uma análise nesse recorte temático. No entanto, ao iniciarmos nossa pesquisa bibliográfica acerca da questão habitacional recifense e da vida de Chico Science, nos deparamos, de um lado, com um conjunto de informações muitas vezes contrastantes sobre o mocambo, o que nos permitiu perceber a pluralidade de sentidos atribuídos a esse termo. Por outro lado, percebemos que, de alguma maneira, não poderíamos deixar de incluir em nosso estudo as considerações de Gilberto Freyre e Josué de Castro sobre esse tipo de habitação popular. Dessa maneira, uma re-elaboração do objeto de estudo foi feita, que dessa vez foi assumido como o interesse pelos significados atribuídos aos mocambos pelos discursos acadêmico de Freyre e Castro, e artístico de Chico Science.

Paralelamente, porém, a leitura que realizávamos acerca das possibilidades de estudo geográfico sobre textos literários nos orientou a novamente modificar nosso objeto de estudo. Desta vez, a leitura de Marc Brosseau e de seus argumentos sobre as especificidades dos textos científico e literário levou-nos à decisão de não mais analisar parte da obra de Gilberto Freyre, e a escolher, como obras de Josué de Castro a serem analisadas, o romance por ele escrito. Dessa maneira, acreditamos evitar futuros problemas provenientes da tentativa de comparação entre textos de naturezas diferentes. Chegamos então, à proposta final de estudo, que é a da análise geográfica de textos literários com ênfase para as significações que seus autores atribuíram aos mocambos, especialmente no que eles nos permitem perceber a atualidade que os mocambos ainda assumem na dinâmica urbana do Recife, seja por sua existência física, seja pela perpetuação das condições sócio-econômicas que os geraram. Os textos a serem analisados serão o romance *Homens e Caranguejos* (1966) de Josué de Castro, e as

seguintes composições musicais de Chico Science: *Da Lama ao Caos*, *A Cidade*, *Banditismo por Uma Questão de Classe*, *Antene-se e Risoflora*, do álbum *Da Lama ao Caos* (1994), e *O Cidadão do Mundo*, *Etnia*, *Corpo de Lama* e *Manguetown*, do álbum *Afrociberdelia* (1996).

Ao recorte espacial claramente definido – a cidade do Recife, comportando todos os aspectos que a caracterizam como metrópole regional –, segue-se um recorte temporal aparentemente impreciso, o de um tempo social espesso, durante o qual persistem os condicionantes que originaram o mocambo.

Passaremos agora à exposição de alguns aspectos das vidas de Josué de Castro e Chico Science, considerados importantes para a melhor compreensão de suas obras.

2.1 – Josué de Castro, o *Josué do Manguê*

Destacaremos, nesta seção, alguns aspectos da vida de Josué de Castro. Estamos certos de que seria exagerado, e até certo ponto exaustivo, discorrermos detalhadamente sobre sua extensa produção acadêmica e sua militância política. Nosso objetivo consiste, ao contrário, em apresentar elementos que sirvam de referência ao nosso estudo, e neste sentido, nos preocuparemos em traçar um breve panorama de sua produção acadêmica, enfatizando sua relação com a Geografia e com a cidade do Recife.

Josué de Castro nasceu na cidade do Recife no ano de 1908. Formou-se médico aos 21 anos, e aos 29 anos concluiu o curso de Filosofia. Cresceu em uma família abastada, e mesmo durante os períodos em que estava longe do Recife para realizar seus estudos, gostava de passear pela cidade com os amigos. Conforme nos conta um de seus amigos de juventude, o Sr. Octávio Pernambuco, “quando

ele vinha da Bahia e depois do Rio (...), a primeira coisa era a gente ir passear. O nosso passeio todo era o mangue. Ele tinha que ver os mangues todos daqui, de Olinda, do Bairro do Recife. Tudo isso a gente ia e conversava com o pessoal do mangue” (TENDLER, 1995). Esses passeios seriam fundamentais para sua formação profissional, quando, futuramente, elegeria a fome como o seu principal tema de estudo, e seu combate, sua principal bandeira na militância política.

Considerado por alguns autores como ‘um homem à frente de seu tempo’ por conta da diversidade de assuntos que caracteriza sua obra (CARVALHO, 2001), Josué de Castro torna-se conhecido como médico, nutrólogo, cientista social, geógrafo e ativista. Publicou diversos estudos, 22 livros, e teve uma carreira política considerável, seja como deputado federal pelo Estado de Pernambuco, seja como embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas. Como o ‘homem múltiplo’ que foi, Josué de Castro ainda demonstra seu interesse pelas artes, escrevendo contos e um romance, objetos de nossa análise.

A multiplicidade temática presente na obra de Josué é perpassada, no entanto, por um tema central, anteriormente assinalado: a fome, certamente reflexo do contato travado, na infância, com a população pobre que habitava os manguezais recifenses que ele tanto gostava de visitar. Josué de Castro relata este período de sua vida no texto *Solidariedade Humana*, do livro *Documentário do Nordeste* (1959). Diz ele:

“Durante um bom pedaço (talvez o melhor pedaço) de minha vida morei perto dos mocambos da Madalena: dos 8 aos 14 anos. Era uma velha casa colonial com seis grandes janelas de frente, a pintura toda descascada e com enormes salas cimentadas, um grande desenho circular no piso do refeitório. (...)

A casa ficava à margem do rio, o sítio terminando à beira d'água e ficando em tempo de cheia como uma ilha, como uma fortaleza montada nos altos batentes por onde os caranguejos subiam trepando até o terraço, entrando alguns mais ousados até dentro das salas. (...)

O sítio, cheio de mangueiras e sapotizeiros, confinava à esquerda com um descampado que ia até ao pé de uma velha ponte de ferro. Da ponte para lá era mesmo a zona compacta dos mocambos. Uns por cima dos outros num enovelado de ruelas, numa anarquia desesperadora. (...)

Mais para cá, entre o sítio e a ponte, ficava um terreno baldio coberto de matagal e na parte mais baixa alguns mangues garranchosos. (...) E pegado bem no nosso muro [ficava] uma latada de caixões de querosene, onde morava Chico (...). Chico era leproso e sabia que era só olhar para o seu rosto com suas enormes orelhas caídas, seu nariz esborrachado, para se reconhecer imediatamente a horrível lepra que assusta e que dá nojo. E tinha um medo horrível de ser levado à força para o hospital. (...)

Como eu era filho único e não tinha com quem brincar, fugia com freqüência, apesar de todas as recomendações, para conversar com o leproso.” (CASTRO, 1959:45-47)

De fato, é ao estudo da fome que o autor se dedica durante sua carreira, e muitos são aqueles que o apontam como o pioneiro em tratá-la como questão social (CARVALHO, 2001; TENDLER, 1995). Em sua obra, a fome é apresentada como uma questão política, e não como consequência das condições naturais, e é essa ‘obsessão’ em estudá-la que leva Josué de Castro a abordar temas que a ela convergiam, como meio ambiente, segurança alimentar e paz mundial;

e a tornar-se um verdadeiro militante pelo fim da Guerra Fria, pelo desarmamento e pela igualdade social. Embora não se possa associá-lo a nenhum movimento cultural específico (o que veremos ser possível com o outro autor considerado), sua produção acadêmica encontra-se intimamente ligada aos questionamentos do pós-guerra, quando diversos pensadores mobilizam-se em busca de um futuro maior para a humanidade. A descoberta mundial do ‘Terceiro Mundo’ e, com ele, da fome, são como que o ‘pano de fundo’ para a produção acadêmica e a militância de Josué de Castro. Não é por outra razão que suas obras mais conhecidas datam de 1946 e 1951, a *Geografia da Fome* e a *Geopolítica da Fome*, respectivamente.

Em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934/1956*, Carvalho (2001) analisa a obra do referido autor relacionando-a ao processo de institucionalização da Geografia. Destacaremos aqui alguns pontos dessa argumentação, propondo que o formato que essa relação assume está presente, também, na produção literária de Castro. De fato, é durante a década de 1930 que Josué de Castro inicia sua produção acadêmica, com um estudo sobre as condições de vida dos trabalhadores do Recife, e também sua docência como professor catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, simultaneamente, portanto, à institucionalização da Geografia no Brasil, ocorrida em 1934 com a implantação da Universidade de São Paulo e de sua Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

O primeiro ponto a destacar sobre a relação de Josué de Castro com a Geografia é a forte influência que Vidal de La Blache teve em seu posicionamento acadêmico, especialmente quanto ao possibilismo e aos gêneros de vida, aspectos fundamentais da obra vidaliana. A familiaridade que Josué de Castro evidencia ter com a produção

francesa não impede, no entanto, que Humboldt, Ratzel e Ritter tenham papel na sistematização de suas idéias (CARVALHO, 2001). O método geográfico é adotado, portanto, como aquele capaz de permitir o estudo da fome, visto que essa disciplina seria *“quase (...) uma técnica que ensina a ver e a produzir com fidelidade os vários elementos que compõem os diversos panoramas culturais”* (CASTRO, 1951: 545).

Outro ponto destacado em sua obra é que, contrariamente à neutralidade analítica observada nas análises regionais do pensamento geográfico clássico, Josué de Castro propõe uma Geografia de cunho social, ao eleger a fome como tema central de seu estudo. Nos dizeres de Moraes (1987:118), Josué ensinava

“uma Geografia de denúncia de realidades espaciais injustas e contraditórias. Tratava-se de explicar as regiões, mostrando não apenas suas formas e sua funcionalidade, mas também as contradições aí contidas: a miséria, a subnutrição nas favelas, enfim as condições de vida de uma parcela da população que não aparecia nas análises tradicionais de inspiração ecológica”.

Sua Geografia apresentava, portanto,

“um perfil independente quanto aos dogmas impostos pela geograficidade ou as falsidades geográficas, trilhando por sua vez por uma Geografia de cunho social e que não dissocia das relações sociais (homem x homem) das relações homem x meio, materializada nas vitórias do homem sobre o meio” (CARVALHO, 2001:89).

Por optar por temas que não eram comumente analisados na Geografia, Josué de Castro teve sua produção tachada de não-

geográfica, o que o fez manter relativo afastamento da comunidade geográfica brasileira, enquanto respalda-se nos colegas franceses e norte-americanos, como Sorre, James, Cressey, Ruellan, Deffontaines e May (CASTRO, 2001).

O último ponto de destaque na relação que Josué de Castro estabeleceu com a Geografia em sua obra diz respeito aos estudos urbanos. Carvalho (2003) aponta Josué de Castro como uma matriz nos estudos de Geografia urbana brasileira, tanto no que se refere aos estudos sobre o urbano nacional, quanto aos estudos elaborados sobre a cidade do Recife. Também nessa linha de pesquisa a perspectiva possibilista se apresenta, o que fica evidente no trecho seguinte, extraído de sua tese à Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, posteriormente publicada como *A Cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana*. Nos dizeres de Castro (1954:26), a cidade

“é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de utilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as influências do grupo cultural. Embora seja, como resultante, um organismo artificial, a cidade é, ao mesmo tempo, uma expressão do natural e do humano: a mais complexa e grandiosa extensão material da ação do homem como fator geográfico”.

Tratando mais especificamente dos estudos de Josué de Castro sobre a cidade do Recife, que seguiam essa linha possibilista, verifica-se o destaque conferido aos elementos ‘naturais e humanos’ desta localidade, dentre os quais destacam-se os rios, os mangues e os mocambos, tão conhecidos seus desde a infância. Acreditamos que o ‘olhar geográfico’ de Josué de Castro sobre essa cidade, e mais

especificamente sobre esses elementos, também é reconhecido em sua breve produção literária, ponto que visamos enfatizar no próximo capítulo. No momento, basta-nos destacar que essa breve produção literária de Castro pode, de certa forma, ser considerada como um estudo sobre o urbano recifense, apresentado sob um outro formato, é verdade, mas não menos interessado em destacar as relações entre os elementos naturais e humanos da cidade do Recife.

2.2 – Chico Science, o *Mangueboy*

Passaremos agora à breve apresentação do outro autor considerado em nossa pesquisa: Francisco de Assis França, mais conhecido como Chico Science. Nossa argumentação traz alguns aspectos de sua vida, contextualizados no movimento cultural que ajudou a fundar no início da década de 1990: o Manguebeat. Tanto este movimento cultural, quanto especialmente Chico Science, tornam-se alvo dos interesses mais diversos, como bem atesta Teixeira (2002:172):

“A partir da segunda metade da década de noventa, matérias, cadernos especiais e documentários para a TV começaram a destinar, cada vez mais, espaços ao fenômeno Mangue Beat [uma outra forma de grafia utilizada]. Como a seguir uma tendência natural, pesquisadores acadêmicos – nacionais e estrangeiros – começaram também a interessar-se pelo tema como base de estudo, sob seus mais variados aspectos”.

Tendo como ponto de partida o Manguebeat, diversos estudos acadêmicos são realizados, dentre os quais destacamos alguns, que versam sobre identidade cultural (SOUZA, 2002), movimentos sociais e cidadania (TEIXEIRA, 2002) e tradições populares (SILVA, 2004).

Ressaltaremos, na presente seção, algumas contribuições oriundas destes estudos, com ênfase conferida à construção identitária ensejada por este movimento. De fato, tal construção de identidades é tornada possível a partir da utilização de diversos símbolos espaciais usualmente associados à cidade, tais quais os rios, os mangues, as pontes e os mocambos, e em nossa pesquisa dedicaremos especial atenção a esses símbolos e às metáforas espaciais presentes nas canções analisadas. Admitimos, portanto, que o processo de identificação possibilitado pelo Mangubeat perpassa uma dimensão espacial e apresenta, portanto, uma relação direta com o espaço recifense, em especial com os mangues, as pontes e os mocambos.

Chico Science é um dos fundadores do Mangubeat, que surgiu com o objetivo de ‘sacudir’ o morno cenário musical de Recife da década de 1990. Ganha notoriedade a partir de 1994, quando passa a ter sua imagem reconhecida como a símbolo do movimento. Sua banda, a Chico Science e Nação Zumbi, é reconhecida nacional e internacionalmente, e após sua morte prematura aos 30 anos num acidente de automóvel, passa a ser considerado um mito, como bem atesta a frase do músico Lenine, ao constatar o grande número de jovens que usavam camisetas estampadas com seu rosto no carnaval de 1997, ocorrido poucos dias após sua morte: “*É o nosso Bob Marley*” (TELLES, 2003:71).

Francisco nasceu e cresceu em Olinda, no bairro popular de Rio Doce. Teve uma infância humilde, na qual uma de suas principais brincadeiras era desbravar os mangues localizados nas redondezas, de maneira semelhante a Josué de Castro. Além disso, desde criança, teve contato com diversas matrizes musicais, seja as músicas estrangeiras às quais tinha acesso pelo rádio, seja os diversos ritmos regionais. De fato, a música era a diversão dos jovens de periferia, como Chico e alguns amigos que, futuramente, integrariam junto com

ele o Mangubeat, como o músico Jorge Du Peixe. A paixão pelos mangues e pela música iria ter um primeiro encontro quando Chico passa a vender caranguejos para conseguir dinheiro que lhe permitisse ir aos bailes *funk* realizados nas redondezas. É nesses bailes que ele trava contato com a música negra americana, que logo se torna sua principal paixão, especialmente o *RAP*, música de cunho social que mistura ritmo, poesia, dança e atitudes, num novo formato de música urbana caracterizado por colagens e mixagens, até então não utilizados (TELLES, 2003).

Aos 21 anos o já assim chamado Chico Science ‘faz música’ à frente da banda Orla Orbe. Conhece alguns jovens universitários que logo se tornariam seus amigos, e com os quais começaria a pensar em algo que pudesse ‘esquentar’ a cena musical recifense: Fred 04, DJ Dolores, H. D. Mabuse e Renato L. Partindo da idéia de que era possível misturar diferentes estilos musicais, numa verdadeira *alquimia sonora*, Chico propôs a seus amigos a mistura de ritmos regionais, como o maracatu, a ciranda, o samba e a embolada, a outros elementos, tais quais a *black music*, a música eletrônica e as guitarras. Surge então um novo estilo musical, inicialmente batizado por Chico de *Mangue*, em referência à diversidade de vida existente neste ecossistema e que, por um processo metonímico, significaria um novo formato musical no qual a diversidade rítmica seria predominante. Em termos sonoros, o *Mangue* seria, portanto, uma música que resgataria os sons regionais, mas integrando-os a influências diversas, numa espécie de *world music* pernambucana. Posteriormente, o nome da ‘coisa’ sofreria alterações: de *Mangue* passaria a *Manguebit*, sendo o ‘bit’ uma referência à música eletrônica e à informação tão cara a seus criadores – o bit dos computadores -, que, em seguida, seria rebatizado pela mídia de *Mangubeat*, a ‘batida’ (beat) do mangue (TELLES, 2003).

Da proposta de criação de um novo estilo musical, este grupo de jovens articula algo maior: que esta sonoridade faça parte de um verdadeiro movimento cultural e não apenas musical, que possa integrar as diversas formas de expressão artística. Tal processo é bem-sucedido, favorecendo uma espécie de ‘renascimento’ cultural pernambucano (TELLES, 2003). Conforme nos afirma Teixeira (2002:172) o Movimento Mangue (um outro termo utilizado por muitos para designar o Manguebeat)

Interferiu, alterou e (re)definiu conceitos nos vários segmentos da conservadora cultura pernambucana. Criou moda, estilos, símbolos e performances artísticas, danças, revistas especializadas – impressas e virtuais (Manguenius, Manguetronic, A Ponte...). Também estabeleceu novos e contemporâneos paradigmas que passam a influenciar e movimentar a produção artística pernambucana em seus vários setores, como as artes gráficas, designers, artes plásticas, teatro e cinema..., além da música, é claro”.

Para Silva (2004:3), o Manguebit [termo preferido pela autora] *“reformula os referenciais apresentados pela arte pop, avaliando os limites de sua universalidade e oferecendo respostas não-etnocêntricas às questões colocadas pelo contexto contemporâneo”.*

Sem a preocupação de definir um único estilo de expressão artística, o Manguebeat publica, no primeiro CD da banda Chico Science e Nação Zumbi, surgida em 1993, o seu manifesto: o *1º Manifesto Mangue*, que pode ser consultado no Anexo 2.

Após esta breve síntese sobre a evolução do Manguebeat, apresentaremos alguns pontos da discussão de Souza (2003) sobre o contexto em que se deu seu surgimento.

Segundo o referido autor, o Manguebeat

“constrói e reconstrói símbolos de identidade capazes de conferir a ele um poder de simbolização crítico perceptivo, que o permite situá-lo em um contexto de fortes transformações estruturais, anunciadas como fragmentadoras de antigas referências de identidade e práticas sociais” (SOUZA, 2002:14).

A globalização surge, assim, como importante quadro referencial para o autor, que localiza o Manguêbeat num momento de descontextualização da cultura, do sujeito e da experiência moderna como um todo.

A redefinição identitária é necessária, pois a própria questão do sentido estaria em jogo, ou seja, somente o sentido poderia garantir a movimentação coerente e previsível num espaço social, onde os referenciais estáveis e naturais de orientação no mundo se tornam frágeis. Essa redefinição identitária não se faria de maneira totalmente ajustada, sendo, portanto, um processo de auto-definição a partir da referência ao outro, ou, nas palavras de Hall, citado por Souza (2002:39), o que há é *“sempre demasiado ou muito pouco – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade”*. Por essa razão, Souza prefere falar em processo de ‘identificação’ ao invés de processo de ‘construção de identidade’.

A partir dessa perspectiva, o Manguêbeat surge num processo de ‘hibridismo cultural’, que seria um

“termo chave para designar o fenômeno pelo qual algo ‘novo’ é produzido, a partir da relação entre diferentes culturas. A mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades, etnias e raças, tem colocado em cheque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como

eminentemente separadas, divididas, segregadas” (SOUZA, 2002:36).

O Mangubeat se apresenta como produtor de imagens poderosas de si e da cidade, como

“‘espaço de fluxos’, de confluência e dispersão de símbolos culturais (...) encenando e dramatizando as contradições de seu tempo, assim como se lançando no mundo, sempre em busca de novas experiências, ‘sintonizando-se’ com o que pode estar acontecendo em volta, para com isso produzir novos símbolos culturais’ (SOUZA, 2002:56).

Partindo desses argumentos, podemos compreender a importância que as metáforas espaciais desempenham na construção do ideário do Mangubeat. Para Souza (2002:13), *“essas imagens metafóricas da cidade e do mangubeat atuam como ponto de identificação, dando corpo e sentido a este fenômeno”*. No capítulo seguinte, discutiremos tais metáforas espaciais que, como já indicamos, derivam, sobretudo, dos elementos presentes no estuário da região metropolitana recifense.

III

O MOCAMBO E SUAS INTERPRETAÇÕES

O presente capítulo é reservado à análise geográfica dos textos literários selecionados. Neste percurso analítico, daremos especial ênfase a aspectos da estrutura do texto por meio dos quais uma dimensão espacial é revelada. Atentaremos também para o emprego de metáforas – aqui tomadas num sentido amplo –, para expressar sua percepção espacial. Parafraseando Marc Brosseau (1996), cada texto literário possui uma ‘porta de entrada’, uma maneira própria de se deixar penetrar, de maneira que a estrutura textual e o emprego de metáforas serão, em nosso estudo, as portas de entrada que nos permitirão aceder às interpretações que Josué de Castro e Chico Science construíram acerca da paisagem urbana dos mocambos do Recife.

Na terceira seção, procederemos de uma breve comparação entre as duas interpretações do mocambo aqui consideradas. Acreditamos que a busca por pontos em comum entre as perspectivas de Chico Science e Josué de Castro terão muito a acrescentar à reflexão sobre esse tipo de moradia popular.

1 – Os mocambos de Josué de Castro

O romance *Homens e Caranguejos*, única obra literária de Josué de Castro, foi escrito em 1966 quando o autor já se encontrava exilado em Paris. Talvez por esse motivo, assumo a obra um tom autobiográfico e de memórias, que se evidencia já em seu prefácio, por meio de um questionamento lançado pelo próprio Josué de Castro: “*Mas, será mesmo este livro um romance? Ou não será mais um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma autobiografia?*” (CASTRO, 1966:9). O romance é, portanto, fruto das recordações de infância do autor, quando da descoberta da fome e da miséria junto aos mocambos das áreas alagadas do Recife, mas transfigura-se em texto literário quando, no processo criativo, passam a interagir com suas memórias, a observação e a imaginação poética. Conforme aponta Massaud Moisés (1973),

observação, memória e imaginação são os três elementos considerados essenciais à criação literária.

A fome é o tema central do romance, em torno do qual agrupam-se suas células dramáticas. Josué de Castro dá continuidade, nesta obra literária, ao estudo dedicado à fome, fazendo-o, no entanto, com uma certa liberdade que o texto literário lhe propicia, mas sem abandonar o tom crítico de análise da sociedade. Nesse contexto, a dimensão espacial da obra revela-se de fundamental importância, ultrapassando a mera função de cenário para o desenrolar da trama.

A centralidade conferida à paisagem dos mocambos se dá por meio do entrelace de uma esfera fictícia e de uma esfera mais ‘realista’, na qual são apresentados aspectos objetivos da ‘realidade’, ou seja, interação elementos provenientes da realidade social, econômica e cultural do Recife, com aqueles oriundos do processo criativo do autor. Dessa maneira, um mundo novo é apresentado no romance, proveniente de uma dimensão objetiva, mas não limitado a ela, constituindo-se naquilo que James Kneale (2003) chama de *mundos secundários*, distorções deliberadas do mundo real, o que reafirma o caráter de representação do real que os textos literários assumem. Nesse sentido, encontramos na obra de Josué de Castro referências à própria modificação semântica que o termo ‘mocambo’ sofreu, e que já foi apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação.

Um outro aspecto destacável no romance *Homens e Caranguejos* é o fato de seu autor manter uma perspectiva possibilista na abordagem da paisagem dos mocambos recifenses, perspectiva essa tão presente em seus textos acadêmicos.

A centralidade da dimensão espacial e a perspectiva possibilista conferida a esse espaço serão os pontos nos quais dividiremos nossa análise geográfica do romance *Homens e Caranguejos*.

1.1 – Mocambo: De Esconderijo a Habitação Popular

Realizaremos nossa análise do romance *Homens e Caranguejos* a partir dos seguintes aspectos do texto: tema central, personagem principal, espacialidade e temporalidade.

O tema central do romance é, conforme afirmado anteriormente, a fome, que é apresentada por meio da história de homens pobres que vivem nos alagados do Recife, na maioria das vezes de biscates, e deles retiram o seu sustento, vivendo numa espécie de mimetismo com os crustáceos do mangue. A fome, dessa maneira, surge como ‘fenômeno’ cíclico, endêmico, característica da população litorânea (CASTRO, 1946) e decorrente das condições sócio-econômicas desta parcela da população, nunca sendo completamente saciada. O ciclo do caranguejo, chamado pelo autor de ‘ciclo de fome’, representa as condições em que vive o morador dos alagados, que, no romance, tem nos caranguejos extraídos do mangue, na farinha e no café ralo sua principal alimentação. No trecho a seguir, Josué de Castro fala do Ciclo do Caranguejo:

“Pára a chuva com a saída do sol e, à luz do dia, surge nítida esta estranha paisagem do charco, mistura incerta de terra e água, povoada de estranhos seres anfíbios – os homens e os caranguejos que habitam os mangues do rio Capibaribe.

Os mangues do Recife são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem, com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito especialmente para o caranguejo. Tudo aí é, foi, ou está para ser, caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com a urina, excremento e outros resíduos que a maré traz. Quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive nela, cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fabricando com a lama a carinha branca de suas patas e geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas.

Por outro lado, o povo vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a do corpo de seus filhos.

São duzentos mil indivíduos, duzentos mil cidadãos feitos de carne de caranguejos. O que o organismo rejeita volta como

detrito para a lama do mangue para virar caranguejo outra vez.

Nesta aparente placidez do charco desenrola-se, trágico e silencioso, o ciclo do caranguejo. O ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos, todos atolados na lama.” (páginas 26e 27)

O ciclo do caranguejo é abordado no desenrolar da trama, que tem como personagem principal o menino João Paulo. O menino, cuja idade certa não nos é revelada, toma conhecimento das desigualdades da vida, das diferenças existentes entre o seu mundo, o dos mocambos, e o outro mundo, o da cidade. Em meio às descobertas que faz, a alma inquieta de João Paulo sonha em escapar ao ciclo do caranguejo, ou seja, em sair da miséria dos mangues.

“Reagindo à depressão, se acende na alma infantil de João Paulo um grande desejo de libertação. De evasão daquela paisagem humana parada e monótona. Desejo imperioso de sair de tudo. De sair de dentro de si mesmo. De sair do círculo fechado da família. Do ciclo do caranguejo.” (página 42)

A existência de uma criança como personagem principal tem muito a nos dizer sobre um texto literário. Ela pode ser uma projeção do eu do autor, e dessa maneira ser, enquanto símbolo ou alegoria, um artifício do autor para comunicar algo (MOISÉS, 1973). Neste sentido, acreditamos que Josué de Castro, a partir de suas lembranças e observações da infância, acrescidas da imaginação poética, constrói um personagem por meio do qual possa transmitir suas primeiras sensações diante da descoberta da fome, ainda em sua infância. Reafirma-se aqui o ‘toque’ um tanto autobiográfico do romance.

E o que João Paulo percebe são os contrastes sócio-econômicos. Os contrastes entre sua vida e a vida do Padre Aristides, na casa do qual trabalha, são assim uma evidência da

desigualdade social para João Paulo. Enquanto ele, João Paulo, tem nos caranguejos sua fonte quase exclusiva de alimentação, o Padre Aristides, pároco da Igreja de Afogados, tem como principal vício comer guaiamum, espécie de caranguejo que vive nas terras secas do mangue. Tal contraste social é visualizado pelo menino, sobretudo, por meio dos contrastes espaciais entre a vila dos mocambos e a cidade, conforme o trecho a seguir:

“João Paulo subiu à torre da igreja e, do alto, naquela hora em que o sol se punha, viu a cidade inteira vestida de roxo. De um lado, as casas crescendo cada vez mais, até alcançarem as alturas imensas das torres das igrejas do bairro do Recife. Do outro lado, as casas diminuindo de altura, ficando cada vez mais baixas com a distância, virando mocambos e latadas, até desaparecerem de todo dentro da lama do mangue.

Trepado na torre da igreja, João Paulo sentia-se como se estivesse a cavalo no lombo de uma montanha que fosse um divisor de águas, de onde corriam, para um lado, os rios da fortuna e, para o outro, os rios da miséria. Correndo, uns para as terras dos ricos e, outros, para as terras dos pobres. Lembra-se João Paulo, nesta hora, da frase que ouvira da boca de sua mãe: ‘Lá, do outro lado, é o paraíso dos ricos, aqui é o paraíso dos pobres.’ (páginas 71 e 72)

O romance permite-nos perceber uma distinção entre a paisagem dos mocambos e aquela da cidade ‘formal’, das construções de alvenaria, o que nos remete às paisagens da cultura dominante e excluída de Cosgrove (1998). No romance, tais paisagens são expressas pela cidade e pela Aldeia Teimosa (nome da vila de mocambos), respectivamente. As casas imponentes e as torres das igrejas, enunciados por João Paulo, são alguns dos símbolos do poder da cultura dominante. A mudança de perspectiva de João Paulo, que enxerga a totalidade da cidade do alto da igreja, permite que a paisagem excluída dos mocambos seja percebida em sua magnitude. Percebemos também, implícita no trecho acima, a idéia de uma centralidade espacial conferida à cidade e de uma periferização das habitações das camadas menos favorecidas.

O local escolhido pelo autor para abordar o drama da fome é a vila de mocambos Aldeia Teimosa, localizada nas proximidades do bairro de Afogados. O nome da vila é oriundo da persistência de seus moradores, que lutaram bravamente contra as investidas do poder público que visava exterminá-la, como nos mostra o trecho seguinte:

“Vieram então os fiscais da lei e interditaram a construção de novos mocambos. Os fiscais fincavam marcos de madeira no chão e avisavam que, daquela marca em diante, ninguém podia mais construir. Faziam ameaças terríveis ao povo. Que se o povo dali teimasse em levantar novos mocambos tudo seria derrubado. O bairro inteiro seria incendiado. Mas os mocambos continuaram a prosperar e, por isso mesmo, o bairro tomou o nome de Aldeia teimosa. Porque teimava em existir e em crescer contra a vontade e contra as ordens do governo. No peito e na marra, como diziam em sua linguagem de gíria.” (página 109)

A espacialidade assume grande importância. De fato, onde melhor situar uma história que aborda a fome no meio urbano recifense que não em uma vila de mocambos? A Aldeia Teimosa desempenha bem este papel. Habitada por uma população de baixa renda, excluída econômica e socialmente, que sobrevive basicamente de biscates na feira de Afogados, esta vila de mocambos é o local de vários dramas, todos associados à fome: o da família de João Paulo que emigrou do sertão de Cabeceiras durante a seca de 1877, o drama da negra Idalina, avó do menino Oscarlindo, que tem na venda de um porco alimentado com sobras de comida a única esperança de um Natal mais abastado – o porco simbolizando a miséria da família, visto que sua fome, enganada com restos de lixo coletados por Oscarlindo, nunca é totalmente saciada -, ou ainda o drama de Cosme, o amigo de João Paulo que foi aleijado por béri-béri, doença causada por carência alimentar, entre outros dramas narrados no texto.

A Aldeia Teimosa, no entanto, longe de ser um local de miséria e dor, é vista como hospitaleira por seus moradores, onde

estes se sentem ‘em casa’. Em outras palavras, ela é um refúgio, sobretudo para seus primeiros habitantes, Chico, Mateus e dona Idalina, que encontraram nos mocambos embrenhados nos mangues o esconderijo necessário para suas agruras.

Chico, o leproso, fugiu da perseguição dos agentes de saúde. Permanecia no seu mocambo, durante o dia, e somente à noite saía para pescar no rio Capibaribe, sua grande paixão. Ele sabia que nenhum morador da Aldeia Teimosa o denunciaria às autoridades. Mateus, chamado de ‘Vermelho’ por conta de seus cabelos ruivos, fugiu da polícia que via em seu apelido uma alusão ao comunismo. Dona Idalina, por fim, fugiu para o mangue após a decepção de ver sua única filha se tornar uma ‘mulher perdida’. Percebemos que a Aldeia Teimosa transfigura-se, assim, num quilombo, sendo tanto um local de resistência contra as investidas do governo que visa extingui-la da paisagem urbana, quanto um local de refúgio para seus habitantes. Tal significado dado aos mocambos por Josué de Castro coincide com o sentido empregado pelos escravos habitantes dos mocambos do Brasil nos séculos XVII e XVIII, para os quais o *“mocambo designava (...) a audácia e o arrojo de um certo ‘esconderijo’, do interior dos quais cantava-se: ‘folga nêgo, branco não vem cá’”* (Lira, 1994: 49). Desse modo, o mocambo assume seu sentido etimológico original, o de esconderijo.

A acepção de mocambo enquanto esconderijo aproxima-o do conceito geográfico de lugar, local ao qual os indivíduos estão vinculados afetivamente. De fato, em momentos diversos o autor evidencia o ambiente hospitaleiro que a Aldeia Teimosa representa para seus moradores, como nos trechos a seguir:

“Caminhando pelo mangue, as imagens familiares da vizinhança lhe fazem, contudo, esquecer depressa tais preocupações. A dois passos do seu mocambo encontra, acorada na porta de casa, esquentando-se ao sol, a negra Idalina. João Paulo pergunta-lhe pelo neto, o Oscarlindo, que fora seu companheiro constante de pesca de caranguejos, antes de ter arranjado emprego na casa do Seu Vigário.” (página 33)

“Nas noites de lua cheia, os vizinhos vêm sentar em frente ao mocambo de Zé Luís para contar ou para ouvir histórias. Se a noite é fresca como a de hoje, soprando um ventinho carregado do cheiro dos sargaços, eles se acocoram em torno a uma pequena fogueira de varas de mangues e aquecem o corpo ao calor do fogo e de alguns goles de cachaça.” (página 75)

O autor prevê, no entanto, a mudança de acepção que o termo mocambo sofreria, deixando de representar a moradia dos escravos fugidos, para a habitação popular sem nenhuma conotação étnico-cultural. De esconderijo de alguns poucos moradores, a Aldeia Teimosa gradativamente transforma-se em moradia de uma população crescente, composta, sobretudo, por emigrantes do Sertão e da Zona da Mata.

“A aldeia Teimosa crescia. Os mocambos se espraiavam agora em todas as direções, até a beira d’água. Parecia mesmo um amontoado de cumbucas negras que a maré tivesse trazido na correnteza e jogado na ressaca ali em cima dos mangues. Pelas suas ruelas enoveladas, circulava um mundo de gente que João Paulo não conhecia.” (página 119).

O termo mocambo teria sofrido, dessa maneira, catacrese, que como nos diz Hênio Tavares (1974), origina-se pela obliteração do sentido etimológico das palavras ou expressões, usado para designar idéias correlatas que não têm nome adequado. O autor chama a atenção para o fato de que a Etimologia quase sempre apresenta valor meramente histórico, e defende que o sentido das palavras deve estar determinado por sua função, e não por sua etimologia. O termo mocambo passaria então, a designar qualquer tipo de habitação popular, perdendo sua conotação étnica.

O último aspecto analisado nessa seção é o da temporalidade do romance. Retomando os argumentos de Brosseau sobre a idéia de cronótopo proposta por Bakhtin, acreditamos que as relações entre espaço e tempo podem contribuir para uma análise geográfica de um texto literário. Dessa maneira, associada à espacialidade do

romance está sua temporalidade, que irá revelar-se por meio de um artifício literário do autor. De fato, é difícil identificar em que período o romance se situa. Os eventos citados pelo autor parecem não coincidir com a idade de João Paulo, que já era nascido quando sua família emigrou da seca de 1877. Porém, o que pode parecer, à primeira vista, uma falha do autor, revela-se um artifício literário que lhe permite contextualizar o surgimento do fenômeno dos mocambos, ao abordar, por meio de seus personagens, questões tais quais a seca de 1877, que juntamente ao desemprego, contribuiu para a impossibilidade de parcela da população em pagar por uma habitação ‘decente’; ou ainda a Liga Social Contra os Mocambos, datada do final da década de 1930, da qual o autor fala sem, no entanto, citar nominalmente. Outros temas apontados pelo autor são o cangaço, as inquietações políticas associadas ao comunismo e a opressão do latifúndio das usinas de cana-de-açúcar na Zona da Mata. Enfim, ao associar a Aldeia Teimosa a alguns eventos ou contextos de temporalidades diversas, que a princípio não coincidem com o tempo real – o que reforça o cunho alegórico atribuído ao personagem principal –, Josué de Castro pretende demonstrar a atualidade do fenômeno dos mocambos, e por extensão, da miséria e dos contrastes sociais do Recife. Os mocambos são uma feição urbana cujas causas, enraizadas na estrutura social da cidade, não foram combatidas, podendo, por isso, ser encontrados em diversas épocas da cidade, assumindo, portanto, um status contemporâneo. Propomos, dessa maneira, que a temporalidade do romance consiste em um tempo social, espesso, relacionado ao período de duração das condições sócio-econômicas que favorecem a permanência do mocambo.

O romance *Homens e Caranguejos* revela-se uma verdadeira análise sócio-espacial da cidade do Recife. Para tal, Josué de Castro constrói um enredo que, ao ser analisado, permite aceder a significações mais amplas, que atingem os problemas sociais

recifenses, no tocante à crise habitacional que acomete a cidade desde sua origem. Os mocambos, símbolos desta cidade ao lado das pontes e dos rios, surgem como refúgios ou quilombos para seus habitantes, e como uma questão urbana recorrente na paisagem urbana, visto que sua principal causa – a desigualdade social – está longe de ser combatida com eficácia.

1.2 – O Viés Possibilista na Representação do Mocambo em Josué de Castro

A perspectiva possibilista da obra acadêmica de Josué de Castro também se faz presente no romance *Homens e Caranguejos*, por meio da enumeração dos aspectos objetivos relacionados ao surgimento dos mocambos. Por meio do relato da vida de seus personagens, Josué de Castro aborda, indiretamente, as desigualdades sócio-econômicas presentes nas três ‘fontes’ da população que irá habitar os mocambos: o Sertão, a Zona da Mata e a cidade. Ele expõe, de maneira detalhada, as relações entre as dinâmicas econômicas do sertão e da Zona da Mata e o crescimento da população urbana, que redundam na proliferação de mocambos pela cidade. Aborda, por fim, o combate ao mocambo posto a cabo pelo Governo Estadual, numa referência à Liga Social Contra os Mocambos, e o assistencialismo que os grupos sociais mais abastados conferiam aos atingidos pelas enchentes que arrasavam os mocambos.

Tais aspectos objetivos são evocados pelo autor para compor um quadro de referência no qual surge e prolifera o mocambo. Sua associação a um período mais específico, reitera-se, torna-se desnecessária, visto que o interesse de Josué de Castro é compor esse quadro referencial no qual surge esse tipo de habitação, expressão da fome em meio urbano. É nessa perspectiva que acreditamos que o autor impregna sua obra de um viés possibilista,

vista a sua preocupação freqüente em correlacionar os aspectos naturais e sociais que interagem para a existência dos mocambos.

Enquanto ‘fenômenos’ sociais, a fome e os mocambos nos quais ela se desenvolve são produtos da combinação entre as possibilidades geográficas do local e sua utilização pelos grupos sociais. Morar nos mangues do Recife é, nesse contexto, o resultado de uma escolha, de uma adaptação às condições vigentes.

As possibilidades geográficas naturais da cidade – os rios e os mangues - são evidenciadas pelo autor em diversos momentos da obra. Já no seu início os mocambos aparecem diretamente associados aos alagados. Outros trechos merecem destaque, como aquele em que o autor narra o nascimento da geografia do Recife, fruto do encontro entre os rios Capibaribe e Beberibe:

“Chico, embalado pela correnteza doce da maré alta, rememora a descida impaciente dos rios que disfarçam em seus coleios a ânsia de se encontrarem. Do Capibaribe que vem de mais longe, da Serra dos Jacararás, nos Cariris Velhos, descendo aos trancos por cima das pedras, encontrando cidades e povoações, contanto simbolicamente todas as peripécias da vida do sertão.(...)”

O Capibaribe continua descendo, surdo a essas histórias, cego ao regionalismo das paisagens, na ânsia infinita de encontrar o outro rio de fama. Cadê o Beberibe? (...)”

Alcança-o logo a diante, e aí os dois rios se entrelaçam, se confundem e afogam nas suas águas misturadas, esse prazer profundo das ânsias causadas pelas distâncias percorridas. (...)”

No ímpeto do abraço bárbaro, as águas se avolumam e, tontos de alegria do encontro, os dois rios perdem o rumo, saem embriagados a cambalear pelos baixios, a se esfregar pelos charcos, a se deitar pelos remansos, formando nessa boemia de suas águas as ilhas, os canais, os mangues, os pauis, onde assenta essa saborosa cidade do Recife, resumo das aventuras heróicas que os rios contam e continuam contando, ao se encontrarem numa praia do Atlântico” (páginas 126 a 128)

Ou ainda o trecho em que o autor narra a paisagem após a cheia que atingiu a cidade:

“Só quem ressurgia triunfante no meio dessa desolação era o mangue. O mangue viçoso, com suas folhas dum verde

lavado, brilhantes e polidas como folhas de metal. Os mangues apareciam frescos como se tivessem acabado de fazer amor naquele instante. Talvez fosse esse o segredo de seu viço.

Afirmava Chico, com ares de entendido, que enquanto permanecem debaixo d'água, os mangues consagram todo o seu tempo a fazer amor. (...) Era um trepidar violento de amor que terminava num orgasmo final, derramando as sementes do mangue nas águas da cheia, para fecundar as novas terras que surgiam na certa do ventre das águas.” (páginas 155 e 156)

A utilização destas possibilidades geográficas pelos habitantes dos mocambos revela-se como a única estratégia possível de sobrevivência e de habitação, mesmo frente às investidas do governo que, “*na defesa da sua estética ameaçada*” (página 106), visa extinguir os mocambos e impedir que novos sejam construídos:

“Mas esquecia também o governador que os moradores do mocambo não eram operários. Eram, em sua esmagadora maioria, desocupados que viviam de expedientes ou biscates ou, em última instância, da pesca de caranguejos, por não encontrarem outro gênero de trabalho. É que só o mangue e o mocambo estavam à altura de suas posses. No mangue, o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se avoluma e se estira, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Nestes calombos de terra levantam os retirantes os seus mocambos com as paredes de varas de mangue traçadas e de lama amassada. A cobertura de palha de coqueiro, de capim seco e de outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça, encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza.” (página 107)

Os mocambos do Recife são, enfim, na obra de Josué de Castro, além de esconderijo para seus habitantes, o resultado da adaptação de uma parcela da população a condições geográficas naturais próprias, num contexto sócio-econômico que se revela excludente social e espacialmente. Tais perspectivas coincidem com os dizeres do próprio autor, já expostos no capítulo anterior e que gostaríamos de relembra. A cidade

“é sempre um produto das possibilidades geográficas e da capacidade de utilização das mesmas pelo grupo humano local e nela se refletem sempre as influências do meio natural e as influências do grupo cultural. Embora seja, como resultante, um organismo artificial, a cidade é, ao mesmo tempo, uma expressão do natural e do humano: a mais complexa e grandiosa extensão material da ação do homem como fator geográfico”.

Desta maneira, a paisagem dos mocambos de Josué de Castro revela-se, também, o reflexo da perspectiva possibilista que o autor tem da cidade.

2 – Os mocambos de Chico Science

Ao buscarmos desvendar os significados atribuídos ao mocambo pelo cantor e compositor Chico Science, partimos da argumentação inicial de que o processo de identificação possibilitado pelo Manguebeat perpassa uma dimensão espacial e apresenta, portanto, relação direta com o espaço recifense, especialmente com seus mangues, pontes e mocambos.

No processo criativo do autor interagem, da mesma maneira que em Josué de Castro, as recordações pessoais, a observação e a imaginação poética. A imaginação, conforme nos afirma Cosgrove (2000:36) *“desempenha um papel simbólico, capturando dados sensoriais sem reproduzi-los como imagens miméticas e ‘metamorfoseando-os’ através de sua capacidade metafórica de gerar novos significados”*, não sendo resumida nem pela mera reprodução do mundo exterior, nem pela pura produção de imagens novas. A imaginação, nesse sentido, representa a abertura para a utilização de metáforas.

De fato, metáfora e poesia, gênero literário considerado nesta seção e do qual os poemas são uma forma de expressão, estão intimamente ligadas. O objeto da poesia está no ‘eu lírico’ do

autor, o que confere o ângulo do qual o artista ‘vê o mundo’, expresso por meio da palavra ambígua, conotativa, metafórica. Os elementos do mundo exterior somente interessarão e aparecerão no poema quando interiorizados, ou como áreas específicas em que o ‘eu’ se projeta, como que à procura da própria imagem, refletida na superfície do mundo físico. Porém, nem toda metáfora se presta a comunicar a poesia: a metáfora poética surge então como um termo polivalente, que fala ao mesmo tempo à inteligência e à sensibilidade (MOISÉS, 1973).

Em nossa análise, prestaremos especial atenção à construção de metáforas espaciais que conferem uma identificação territorial ao Mangubeat. Segundo Souza (2002), o Mangubeat busca, em sua construção simbólica, tornar perceptível o que não mais era visto pelas pessoas, o que musicalmente representa o resgate dos ritmos regionais, e, para nosso objetivo, representa a utilização de elementos da paisagem urbana comumente associados ao Recife – tais quais os rios, as pontes, os mangues e a lama e os caranguejos a eles associados – como referenciais identitários do movimento. Tais elementos teriam passado por um processo de naturalização, visto a sua recorrência na paisagem, o que os teria tornado imperceptíveis. Dessa maneira, propomos que o Mangubeat, aqui representado por Chico Science, um de seus principais articuladores, recorre ao que chamamos de símbolos espaciais – os rios, os mangues, as pontes e os mocambos – para construir metáforas espaciais através das quais uma dada identificação territorial se faz possível.

É nesse contexto que se insere a retomada de um termo já em desuso – o mocambo – para integrar a representação espacial do movimento. Se há necessidade de se resgatar o que é tradicionalmente associado à cidade, cultural e espacialmente, para depois lhe conferir uma nova significação, os mocambos, outrora tão freqüentes na paisagem urbana recifense, não podem ser

menosprezados. A ‘ressurreição’ do termo ‘mocambo’ significa, numa primeira aproximação analítica, o resgate das raízes sociais, culturais e econômicas da cidade do Recife.

O resgate do mocambo representa também a possibilidade de dar luz à exclusão social que também parece ter se tornado imperceptível na RMR. De fato, as condições sócio-econômicas que permitiram o surgimento e desenvolvimento dos mocambos ainda persistem, embora o nome dado à habitação popular tenha sido modificado ao longo das décadas. Dados recentes da Fundação Getúlio Vargas mostram que cerca de 50% da população pernambucana e 36% da população da capital vivem em situação de indigência, o que significa contarem com menos de 80 reais mensais (menos de 50 dólares) para seu sustento (SOUZA, 2002). Essa é a nossa segunda aproximação analítica do sentido do mocambo na obra de Chico Science.

Devemos assinalar, contudo, que a introdução do termo mocambo na obra de Chico Science deu-se por meio da influência que teria recebido de Josué de Castro, quando da leitura de seus escritos. O próprio Josué de Castro é citado em duas composições de Chico Science. Nos trechos citados a seguir, Chico Science refere-se, no primeiro deles, a Josué de Castro como cidadão do mundo, em alusão ao título que o acadêmico recebeu por sua pesquisa científica e militância contra a fome. No segundo trecho, Chico Science refere-se a Josué de Castro quando relata a miséria que assola os moradores dos alagados do Recife.

*“Eu pulei, eu pulei
Corria no coice macio
Encontrei o cidadão do mundo
no manguezal na beira do rio
Josué!”
(Cidadão do Mundo, 1996)*

*“Oh, Josué, nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça.”
(Da Lama ao Caos, 1994)*

Chico Science também revela a influência de Josué de Castro no ideário do Mangubeat, ao conceder uma declaração no documentário sobre o acadêmico pernambucano. Diz o artista:

“Eu nunca soube nada de Josué de Castro, (...) nunca aprendi na escola sobre o Josué de Castro. É uma pena isso. Mas depois eu fiquei conhecendo Josué de Castro quando a gente fez essa coisa do Movimento Manguê, e viu o quanto é importante a figura de Josué de Castro na história de Pernambuco. (...)”

(TENDLER, 1995)

De fato, Telles (2003) relata que a primeira obra de Josué de Castro à qual Chico Science teve acesso foi o romance *Homens e Caranguejos*. Acreditamos que a origem das semelhanças entre as proposições dos dois autores sobre os mocambos tenha se originado nesse contato do compositor com o romance do médico pernambucano.

Parte desse contato com a obra de Josué de Castro uma outra proposição de Chico Science: a da ocorrência de uma simbiose entre homens e caranguejos. Esse ponto será resgatado adiante, mas pode ser ilustrado por meio do texto publicado no encarte do CD *Da Lama ao Caos*, que trata dos ‘caranguejos com cérebro’, modo como os jovens ‘sintonizados’ com a música do Mangubeat são chamados.

“ELES ESTÃO POR TODA PARTE!!!

Os Chamagnathus Granulatus Sapiens tomaram a cidade. Andando sobre pontudas unhas, esse misto de crustáceo decápode e Homo Sapiens avança em legiões, apavorando criaturas, marchando desconcertantes para a unificação simbiótica. Sintonizados nas frequências moduladas, colocam em risco as superestruturas da ordem estabelecida. Grupos religiosos e políticos apóiam uma ação armada dos militares.

Ainda não se sabe o que tudo isso vai acarretar. É o triste fim da raça humana? Ou a aurora de uma nova era? Isso só o futuro pode responder”.

Iniciaremos a análise das composições de Chico Science, que será dividida em dois momentos: no primeiro, serão expostas as interpretações do autor sobre o espaço urbano recifense, no qual o Manguebeat se desenvolve, e as metáforas que revelam a proposta do Manguebeat de renovação cultural pernambucana. Em seguida, veremos as metáforas espaciais construídas pelo autor, reveladoras da maneira que o mocambo é percebido.

2.1 – Visões de uma Cidade Cindida e a Salvação Cultural

O repertório dos dois primeiros álbuns da banda Chico Science e Nação Zumbi é composto por canções que aludem, basicamente, à representação do espaço urbano, com a ênfase para alguns de seus aspectos mais marcantes, tais quais a violência e a desigualdade de renda e à divulgação do ideário do Manguebeat, em que a valorização da cultura nordestina é uma constante. Tal repertório constitui-se numa espécie de discurso por meio do qual a banda apresenta uma interpretação do contexto sócio-econômico no qual se desenvolveu e coloca os ‘argumentos de defesa’ do movimento cultural do qual participa.

A interpretação do espaço urbano se faz, dessa maneira, fundamental, e a letra da música *A Cidade* (1994) apresenta-se como um panorama da diversidade constituinte das grandes cidades.

*“O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas*

*E a cidade se apresenta centro das atenções
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs*

*A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce*

*A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce*

*A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares*

*No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos*

*A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce*

(...)

*Num dia de sol Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior”*

Na composição acima, o autor faz referência à organização espacial da cidade, composta por edifícios, as *pedras evoluídas*, construídas por trabalhadores expostos muitas vezes a condições adversas de trabalho, os *pedreiros suicidas*. O autor também expõe a dinâmica social da cidade, composta por um grupo heterogêneo de indivíduos, *trabalhadores*, *patrões*, *camelôs* e *policiais*, estes últimos considerados como *cavaleiros*, a força armada legal que vigia a população. A enumeração de meios de transporte, tanto individuais – *motos e automóveis* – quanto coletivos – *coletivos e metrô* – pode, por sua vez, indicar tanto a dinâmica dessa população, quanto sua diversidade social, estampada no binômio *automóveis-motos/coletivos-metrô*. A cidade se apresenta, nesta perspectiva, como o local de circulação de bens e pessoas, como símbolo do desenvolvimento pleno das habilidades de engenharia humana e, finalmente, como palco para as diversas tramas sociais que a transformam num local onde o controle social é fundamental, independentemente da boa ou má índole de quem é controlado.

O autor também compõe um painel no qual a cidade surge como detentora de atributos que a tornam o *centro das atenções*, cuja área de influência excede, muitas vezes, seus limites físicos: *a cidade e sua fama vai além dos mares*. A cidade integra, também, toda uma rede de relações que atingem a escala planetária, e, nesse sentido, *no meio da esperteza internacional, a cidade até que não está tão mal*. Ela atrai tanto *mendigos*, quanto *ricos e outras armações*, todos aqueles que buscaram nela *uma saída*; pessoas que são, muitas vezes, *iludidas*, migrando de *outros lugares* porque acreditam serem, os grandes centros urbanos, detentores de melhores ofertas de emprego e de qualidade de vida. O resultado de todo esse atrativo populacional é, ao contrário, a deterioração das condições de vida e o crescimento da concentração de renda, com a *situação* ficando sempre *mais ou menos, sempre uns com mais e outros com menos*. A cidade, segundo o autor, *não pára* de crescer, reforçando, em seu crescimento o distanciamento entre ‘ricos’ (os de cima) e ‘pobres’ (os de baixo): *a cidade não pára, a cidade só cresce/ o de cima sobe e o de baixo desce*.

Ao final da composição, Chico Science confirma estar referindo-se à cidade do Recife, que convive com o cheiro ruim da fedentina que, ao nosso ver, longe de ser uma pura referência ao odor dos mangues, pode ser uma alusão a tudo o que há de podre em seu jogo social: a desigualdade crescente de renda, as precárias condições de trabalho e de vida de parcela da população seriam, portanto, fruto da detenção de poder nas mãos de poucos, de quem a ação cruel e cotidiana seria representada pela *mesma fedentina do dia anterior*.

O controle e a segregação sociais característicos da cidade do Recife estão presentes também em outra composição, intitulada *Banditismo por Uma Questão de Classe* (1994), da qual extraímos o seguinte trecho:

*“Oi, sobe morro, ladeira, córrego, beco, favela
A polícia atrás deles e eles no rabo dela*

*Acontece hoje, acontecia no sertão
Quando um bando de macaco perseguia Lampião*

*E o que ele falava hoje outros ainda falam
'Eu carrego comigo: coragem, dinheiro e bala'*

*Em cada morro uma história diferente
que a polícia mata gente inocente
E quem era inocente hoje já virou bandido
Pra poder comer um pedaço de pão todo fodido
Banditismo por pura maldade, banditismo por necessidade
Banditismo por uma questão de classe!"*

O autor se refere a locais específicos onde a violência policial seria mais frequente: os *morros, ladeiras, córregos, becos e favelas*, locais onde verifica-se a presença de uma população de baixa renda, visto que são áreas originalmente relegadas pelo setor imobiliário. O autor também revela o fato de que muitos moradores dessas áreas carentes tornam-se criminosos por acreditar ser esse o único meio de conseguir o sustento próprio, daí, o banditismo tornar-se uma *necessidade e uma questão de classe*.

Um trecho da música *Antene-se* (1994) reforça a idéia da existência de uma população excluída economicamente e que habita áreas também relegadas pelo poder público.

*"É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
Escutando o som das vitrolas, que vem dos mocambos
Entulhados à beira do Capibaribe
Na quarta pior cidade do mundo
Recife, cidade do mangue incrustada na lama dos manguezais
Onde estão os homens caranguejos
Minha corda costuma sair de andada no meio das ruas em cima das
pontes."*

Podemos concluir, até o presente momento, que a cidade do Recife constitui-se, para Chico Science, num centro urbano cindido pela concentração de renda, dividido em duas esferas, a daqueles que detém condições abastadas de vida e que detém, muitas vezes, o 'poder de comando'; e a esfera composta por uma população de baixa renda, que integra os grandes bolsões de miséria da cidade.

Embora não haja na cidade uma segregação sócio-espacial nítida entre esses dois grupos sociais, conforme já indicado no primeiro capítulo do presente estudo, o autor parece querer enfatizar a existência de áreas específicas onde a população de baixa renda se concentra. As áreas relegadas pelo poder público e pelo setor imobiliário são, historicamente, e não só na capital pernambucana, áreas ocupadas por uma população pobre. No Recife, tais áreas constituem-se nos alagados e nos morros, citados nos dois trechos destacados acima. Na música *Antene-se* especificamente, Chico Science fala dos *mocambos entulhados à beira do Capibaribe*; a habitação surgindo, portanto, como lócus de reprodução social, e os mocambos desempenhando importante papel nessa reprodução. Tal perspectiva nos remonta às paisagens dominantes e excluídas de Cosgrove (1998), as quais podemos relacionar, no presente estudo, à cidade ‘formal’ e às áreas de ocupação clandestina, como os mocambos, respectivamente.

Um outro trecho interessante da música *Antene-se* é o que se refere ao Recife como *a quarta pior cidade do mundo*. Este trecho é uma alusão a uma reportagem publicada no Jornal do Comércio (20/11/90), na qual o Recife é apontado como uma das piores cidades do mundo para se viver. A pesquisa divulgada no jornal, realizada pelo instituto americano *Population Crisis Comitee*, classifica o Recife como a quarta pior cidade em qualidade de vida, e teria sido o ponto de partida, mesmo que inconscientemente (SOUZA, 2002), para que os articuladores do Manguebeat vissem a necessidade de renovação da cidade (ver Anexo 2). E para esse grupo de jovens, tal renovação da cidade, com a valorização do que ela teria de bom, tornaria-se possível por meio da renovação cultural.

É nesse sentido que surgem, nas composições de Chico Science, referências constantes à proposta do movimento cultural, geralmente referenciadas em símbolos da cidade, sobretudo nos

mangues e nos caranguejos. Vale lembrar que o Mangubeat foi batizado, pelo referido autor, inicialmente de *Mangue*, uma alusão à fertilidade presente nos manguezais. O próprio Manifesto Mangue, ao qual já fizemos referência e que encontra-se reproduzido no Anexo 2, evidencia a ênfase conferida aos elementos do estuário recifense. O símbolo do movimento seria ‘uma antena parabólica fincada na lama’. A lama, representando nessa frase a própria cidade do Recife, à qual as ‘boas vibrações’ captadas pela antena – uma alusão à proposta dos jovens de integrarem uma rede de discussão dos conceitos pop -, é apontada em um dos trechos da música *Antene-se* (1994) como a insurreição, ou seja, como o ponto de partida a partir do qual deve-se dar a transformação da cidade.

*“É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
Preocupando antenar boa divisão
Sou (...) mangue-boy!
Recife, cidade do mangue onde a lama é a insurreição
Onde estão os homens caranguejos
Minha corda costuma sair de andada no meio das ruas em cima das
pontes”*

*“Eu vu fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus”
(A Cidade, 1994)*

A identificação do Mangubeat com os manguezais também deve ser perpassada pela identificação dos próprios jovens com esses elementos naturais. Daí, os *homens caranguejos* que estão situados na *cidade do mangue* devem ser indivíduos *anteados*, ou seja, interessados em tudo o que possa significar novidade para a cena cultural da cidade, sempre com a preocupação de associar, ao novo, os elementos culturais típicos de Pernambuco. Em suma, a cultura regional (*embolada, samba, maracatu*), associada a elementos captados de outros ‘circuitos’ (*tudo bem envenenado*), é

a solução para que se abandone a miséria (a *lama*) e a opressão dos detentores de poder (os *urubus*).

2.2 – A Problematização do Mocambo e o Mimetismo Homem-Caranguejo

Após expormos alguns pontos da interpretação que Chico Science confere à cidade, apresentaremos, nesta seção, sua interpretação do mocambo. Após a exposição da perspectiva que o autor tem da cidade do Recife, é oportuno reforçarmos a proposição de que a retomada do termo ‘mocambo’ significa a vontade de tornar visível o que já havia sido naturalizado pela população. Dessa maneira, resgatar o mocambo significaria resgatar, de uma só vez, tanto uma história sócio-econômica da cidade, quanto a discussão sobre a permanência e o agravamento da concentração de renda que caracteriza a cidade.

O mocambo apresenta-se como símbolo das condições adversas de qualidade de vida apontadas pela pesquisa realizada pela instituição americana. Como já referido anteriormente, como lócus de reprodução social de uma população miserável. Como cantado na canção *Antene-se*, já exposta acima, “*É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo / Escutando o som das vitrolas, que vem dos mocambos / Entulhados à beira do Capibaribe / Na quarta pior cidade do mundo*”.

A cidade do Recife é associada ao mangue, à lama, de forma que é chamada pelo autor de *cidade do mangue* (música *Antene-se*) ou ainda de *Manguetown* (música *Manguetown*).

Rio pontes e overdrives impressionantes esculturas de lama
Mangue, mangue, mangue
E a lama come mocambo e no mocambo tem molambo
E o molambo já voou, caiu lá no calçamento bem ao sol do meio-
dia
O carro passou por cima e o molambo ficou lá
Molambo eu, molambo tu
 (...)

*Molambo eu, molambo tu
Molambo boa peça de pano pra se costurar mentira
Molambo boa peça de pano pra se costurar miséria”*
(Rios, Pontes e Overdrives, 1995)

No trecho acima, percebemos que o autor compara toda a cidade à lama; ela é, de fato, composta de lama – *rios, pontes, e overdrives, impressionantes esculturas de lama, mangue, mangue, mangue*. O mangue perpassa cada centímetro construído da cidade: tudo é considerado ‘escultura de lama’, tem sua origem nela. Por outro lado, a lama, que novamente pode ser uma alusão à miséria, é o local onde os mocambos se encontram, e, dentro deles, seus habitantes igualmente miseráveis, representados pelo termo *molambo*, em uma referência talvez a sua vestimenta de roupas velhas. Os ‘molambos’ (moradores de mocambos), ao atingirem o calçamento, que pode ser a representação da ‘cidade formal’, ‘do asfalto’, sucumbe: a população pobre das grandes cidades, representada aqui pelo mocambeiro, seria, nesse sentido, ‘atropelada’ pelo carro do progresso. Nos trechos finais, o autor ainda refere-se aos moradores de mocambos como indivíduos passíveis de serem manipulados, através de mentiras – *molambo, boa peça de pano pra se costurar mentira* -, permanecendo, assim, na miséria, que certamente gera lucro para alguns poucos – *molambo, boa peça de pano pra se costurar miséria*.

*“Oh, Josué nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem mais urubu ameaça*

*Peguei o balaio fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia pegou a minha cenoura
Aí, minha véia, deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia não consigo dormir*

*E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar*

*Da lama ao caos do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana”*
(Da Lama ao Caos, 1994)

Nos versos acima, percebemos que o autor também destina sua atenção a relatar um pouco da vida do morador de mocambo. Relata sua miséria, representada pelos urubus – que também podem significar a própria opressão, que ameaça cada vez mais a vida do morador pobre -, sua fome e a maneira muitas vezes ilícita por meio da qual ele se alimenta. De fato, o desemprego e o subemprego levam muitos à marginalidade, como já destacado num outro momento. Sem condições minimamente satisfatórias de vida, o morador do mocambo é, muitas vezes, margem de manobra, desorganizado e manipulado. Mas o autor abre espaço para uma reflexão: a de que a satisfação da fome física do mocambeiro pode ser o ponto de partida para que ele busque saciar sua sede de justiça social, desorganizando uma situação vigente, a da exclusão, para fazer valer uma outra ordem que lhe seja favorável – *e com o bucho mais cheio, comecei a pensar/ que eu me organizando posso desorganizar/ que eu desorganizando posso me organizar*. O autor termina a canção confirmando essa reflexão, com a constatação de que um homem roubado, sobrepujado pela ordem vigente, não pode estar enganado em pensar assim - *da lama ao caos/ do caos à lama/ um homem roubado nunca se engana*.

Por vezes, porém, o autor toma um tom fatalista, ao propor que não se pode fugir das condições de vida vigentes na cidade, conforme os versos a seguir:

*“Andando por entre os becos
 Andando em coletivos
 Ninguém foge ao cheiro sujo
 Da lama da Manguetown
 Andando por entre os becos
 Andando em coletivos
 Ninguém foge à vida suja
 Dos dias da Manguetown”*
 (Manguetown, 1996)

À identificação da cidade com o mangue está a identificação do próprio morador dos mocambos com seu local de moradia, o que

significa também dizer da identificação com a miséria do local. Os versos abaixo são exemplares:

*“Este corpo de lama que tu vê
É apenas a imagem que sou”
(Corpo de Lama, 1996)*

*“Tô enfiado na lama
É um bairro sujo
Onde os urubus têm casas
E eu não tenho asas
Mas estou aqui em minha casa
Onde os urubus têm asas
Vou pintando segurando a parede do mangue do meu quintal
Manguetown”
(Manguetown, 1996)*

Ao utilizar expressões tais quais ‘minha casa’ e ‘meu quintal’, o autor afirma o vínculo afetivo do morador de mocambo com sua habitação, o que nos remete ao conceito de lugar. Mesmo em meio à miséria reinante, num *bairro sujo* onde *os urubus têm casas*, há uma identificação com esse espaço que ele construiu. É do mangue que o mocambeiro retira seu sustento, de tal feita que ele próprio se identifica com os caranguejos, habitantes do mangue, como bem nos mostram os seguintes versos.

*“Fui no mangue catar lixo
Pegar caranguejo e conversar com urubu”
(Manguetown, 1996)*

*“Este corpo de lama que tu vê
É apenas a imagem que sou”
(Corpo de Lama, 1996)*

*“Eu sou um caranguejo
e estou de andada”
(Risoflora, 1994)*

*“Minha corda costuma sair de andada
No meio da rua, por cima das pontes
Sou manguemboy!”
(Antene-se, 1994)*

Os versos acima confirmam nossa argumentação de que Chico Science resgata, em sua obra, a idéia do mimetismo homem-caranguejo inicialmente proposta por Josué de Castro. Em Chico Science, o morador do mangue se auto define como indivíduo do mangue, o *mangueboy*, e até nas atitudes mais cotidianas, como andar nas ruas, age conforme esta identificação: anda em grupo ou ‘em corda’ da mesma forma que os caranguejos, amarrados numa corda, são postos à venda. As pontes, no referido trecho simbolizam a circulação, o andar pela cidade: é somente por meio desse andar pela cidade que Chico Science pode conhecer a paisagem que busca representar.

Se pudermos fazer uma breve análise do que vimos até aqui, perceberemos que, na obra de Chico Science, a cidade está para o mangue assim como os homens estão para os caranguejos: assim como o caranguejo vive no mangue e dele retira seu alimento, a população carente estabelece com a cidade a mesma relação orgânica, vivendo dos restos de lixo ou do que provém da natureza, no caso os crustáceos.

E a identificação do morador dos mocambos com os caranguejos perpassa também os sentimentos de amor, como nos mostram o trecho abaixo:

“Eu sou um caranguejo e estou de andada
só por sua causa, só por você
(...)”

Eu sou um caranguejo e quero gostar
(...)”

Oh Risoflora! Vou ficar de andada até te achar”
(Risoflora, 1994)

Ser um homem-caranguejo significa amar como um caranguejo, e dessa maneira, o objeto de seu desejo não poderia ser menos especial. De fato, nos versos acima, o homem-caranguejo declara seu amor por Risoflora, sua amada, que em verdade é uma alusão ao tipo de mangue mais presente nos alagados recifenses, o *Rhizophora mangle*. Assim, sua amada é Risoflora, que

indiretamente simboliza o mangue, com quem ele sonha viver e atrás de quem ficará andando ou ‘de andada’ até encontrar. Seria essa uma crítica ao desmatamento da vegetação desse ecossistema?

No entanto, a concretização do amor só pode dar-se dentro do contexto de pobreza e miséria em que o homem-caranguejo vive. É por essa razão que o autor afirma nos versos abaixo que sua amada, a quem carregará nos braços até sua casa na beira do rio, também andarà na lama de seu quintal.

*“Vou sonhando com a mulher
Que talvez eu possa encontrar
E ela também vai andar
Na lama do meu quintal”*
(Manguetown, 1996)

*“E em meus braços te levarei como uma flor
Pra minha maloca na beira do rio, meu amor”*
(Risoflora, 1994)

Em resumo, o mocambo, na obra de Chico Science, é representado como problema, como o símbolo de miséria de parcela da população do Recife, como algo que se precisa superar. No entanto, ele também é retratado como único local de referência para seu morador, um lugar com o qual o mocambeiro apresenta vínculos afetivos.

3 - De Josué de Castro a Chico Science, a permanência do mocambo

Finalizamos este capítulo com uma breve comparação entre as perspectivas que Josué de Castro e Chico Science apresentam sobre o mocambo. Gostaríamos de recordar que o mocambo é tomado, no presente estudo, como um termo genérico, como uma denominação atribuída a um modo de habitação popular em um determinado contexto sócio-espacial brasileiro. Nossa pesquisa debruça-se, portanto, sobre o olhar que os referidos autores lançaram sobre a natureza do mocambo mais do que sobre as diferenciações sociais, econômicas e espaciais processadas entre os períodos de vida dos

dois. A partir do exposto, acreditamos na pertinência da comparação entre as interpretações que Josué de Castro e Chico Science construíram, por meio de um modo específico de representação. Como nossa dissertação é um estudo geográfico, não realizaremos uma análise da ‘qualidade literária’ dos textos considerados, o que por certo poderia resultar numa má crítica literária. Mas, decerto que os aspectos literários considerados em nosso estudo – alguns elementos da estrutura do texto de Josué de Castro e o cunho metafórico nos poemas de Chico Science – contribuíram para uma melhor compreensão da natureza do mocambo.

Apresentaremos dois pontos de encontro entre as interpretações que os referidos autores construíram sobre o mocambo.

O primeiro deles diz respeito à origem de suas indagações sobre esse tipo de habitação. Os dois tiveram contato com os mangues, e por extensão, com os mocambos, em brincadeiras de infância, e dessa maneira, suas obras representam o resgate de vivências próprias do período em que eram crianças. A partir dessas experiências, podemos compreender o porquê do destaque conferido pelos autores aos mangues, considerados em suas obras bastante representativos da cidade do Recife.

O segundo ponto de encontro diz respeito à apresentação de duas paisagens contrastantes, nas quais a cidade do Recife aparece dividida, uma da cidade ‘formal’ e uma das favelas, dos mocambos. Tais paisagens são contrastantes: à paisagem urbana ‘formal’ os autores atribuem um tom agressivo, onde a exclusão social é uma constante; e à paisagem dos mocambos, os autores atribuem um tom mais hospitaleiro, embora não deixem de ressaltar as dificuldades de vida que seus habitantes encontram. Fica claro na obra dos dois autores, no entanto, que o desenvolvimento destas duas paisagens aparentemente excludentes encontra-se intimamente relacionado.

Evidenciam-se nas obras de Josué de Castro e Chico Science as paisagens dominantes e excluídas da cidade do Recife. A primeira, mais perceptível que a segunda, embora esta possa ser melhor visualizada no caso de uma mudança de escala. No caso de uma análise textual, tal mudança de escala de análise também se processa, por meio da descrição do cotidiano dos moradores dos alagados recifenses, o que permite que a paisagem dos mocambos assuma maior dimensão.

A descrição do cotidiano da população mocambeira não propicia somente um maior relevo da paisagem dos mocambos, mas também a percepção de que a habitação desempenha seu papel enquanto lócus da reprodução social: é nas favelas dos mocambos que se concentra uma população excluída socialmente, vítima da desnutrição e da baixa escolaridade, subempregada, à qual as autoridades recorrem muitas vezes como ‘massa de manobra’, e de maneira sempre assistencialista. A miséria, nesses locais, se desenrola como num ciclo, visto que as condições para sua permanência parecem não ter fim. O ‘biscate’, presente nas obras dos dois autores como principal fonte de sustento dessa população, é indicativo das condições de vida dos habitantes dos mocambos.

Finalizamos essa seção concluindo que se verifica, em Chico Science, uma continuidade na argumentação sobre o mocambo iniciada por Josué de Castro. Não queremos argumentar aqui que tal retomada das colocações acerca do mocambo erigidas por Josué de Castro consista num resgate deliberadamente consciente de Chico Science. Talvez nunca tenhamos certeza sobre isso. Mas é impossível negar a influência que este jovem compositor recebeu do médico pernambucano, e que se revela na construção de uma identidade territorial para o Manguebeat. A possibilidade de resgatar um termo já em desuso como o ‘mocambo’ significa, ao nosso ver, a evidência de que a desigualdade de renda, simbolizada pela desigualdade habitacional, ainda é uma questão a ser resolvida

no Recife. Por meio das obras de Josué de Castro e Chico Science, o mocambo revela sua atualidade como símbolo da miséria que atinge parcela da população recifense.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

BASTOS, Ana Regina V. R. *Geografia e romances nordestinos das décadas de 1930 e 1940: uma contribuição ao ensino*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Geografia, USP/Deptº de Geografia, 1993.

BROUSSEAU, Marc *Des Romains-géographes – Essai*, Paris, L'harmattan, 1996.

CAMPOS, Heleniza A. *Permanências e mudanças no quadro de Requalificação Sócio-Espacial da Área Central do Recife (PE): Estudo Sobre Territorialidades Urbanas em Dois Setores 'Revitalizados'*. Rio de Janeiro, Doutorado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1999.

CARVALHO, Antônio A. T. de *Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934/1956 – Uma Contribuição à Historiografia do Pensamento Geográfico Nacional*". Mestrado em Geografia, Recife, UFPE/CFCH, 2001.

_____ *Josué de Castro: Um Geógrafo de Múltiplas Contribuições Revisitado em Suas Idéias GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 13, p. 59-69, 2003.

CASTRO, Josué de *Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____ *O Espírito Geográfico da Filosofia Moderna*, **Boletim Geográfico**. IX (101) Rio de Janeiro: IBGE, p. 545-547, 1951.

_____ *A Cidade do Recife – ensaios de Geografia Humana*. Recife, A Casa do Estudante do Brasil, 1954.

_____ *Documentário do Nordeste*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1959.

_____ *Geopolítica da Fome – Ensaio sobre os Problemas de Alimentação e de População do Mundo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1957.

_____ *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CAVALCANTI, Daniel U. B. *Alagados, Mocambos e Mocambeiros* Recife, Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, Imprensa Universitária, 1965.

CLAVAL, Paul *A Geografia Cultural* Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.

COSGROVE, Denis *A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas* In: Paisagem, tempo e cultura CORRÊA, R. L. & ROSENDHAL, Z. (org.) Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

_____ *Mundos de Significados: geografia cultural e imaginação* In: Geografia Cultural: Um Século (2) CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (org.) Rio de Janeiro, EdUERJ, 2000.

Significados: Geografia Cultural e Imaginação.

COSGROVE, Denis & **JACKSON**, Peter *Novos Rumos da Geografia Cultural* In: Geografia Cultural: Um Século (2) CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (org.) Rio de Janeiro, EdUERJ, 2000.

DANIELS, Stephen & **COSGROVE**, Denis *The Iconography of Landscape – Essays on the Representation and Use of Past Environment.* Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

DIMAS, Antônio *Espaço e Romance*, São Paulo, Editora Ática, 1994.

DUNCAN, James *City as Text – The politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom.* Cambridge University Press, 1990.

_____ *O Supraorgânico na Geografia Cultural Americana.* **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n° 13 p. 7-33, jan/jun de 2002.

FREYRE, Gilberto *Mucambos do Nordeste- algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil.* Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1967.

_____ *Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcalismo Rural e Desenvolvimento do Urbano* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1º Tomo, 1981.

GEERTZ, Clifford *A Interpretação das Culturas* Rio de Janeiro, ed. LTC, 1989

GOMES, Edvânia T. A. *Recortes de paisagens na cidade do Recife – uma abordagem geográfica* São Paulo, USP, 1997, Tese de doutorado.

GUIA SOCIAL DO RECIFE, Recife, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.

HAESBAERT, Rogério, *Territórios Alternativos*, São Paulo, EdUff, 2002.

IBGE, Censo Demográfico 2000.

“Recife é Apontada como Uma das Piores do Mundo”, **Jornal do Comércio**, Recife, 20/11/1990, Cidades, 12.

Caderno Especial *Recife, Histórias de Uma Cidade*, **Jornal Do Comércio**, Recife, 2000, nº 10.

KNEALE, James *Secondary Worlds – Reading Novels as Geographical Research*, **Cultural Geography in Practice**, Londres, Arnold, pp. 39-51, 2003.

LIRA, José Tavares C. de *A Romantização e a Erradicação do Mocambo, ou de como a Casa Popular Ganha Nome. Recife, Década de 1930*, Revista Espaço e Debates nº 37, 1994, pp. 47-60.

MEINIG, Douglas *O olho que observa: dez versões da mesma cena* Revista **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, nº 13, pp.35-46, 2002.

MELLO, João Baptista F. de *O Rio de Janeiro dos Compositores da Música Popular Brasileira 1928/1991 – uma Introdução à Geografia Humanística*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1991. Dissertação de Mestrado PPGG/UFRJ.

MELO, Mário L. de *Metropolização e Subdesenvolvimento – O Caso do Recife*, Recife, UFPE/Deptº de Ciências Geográficas, 1978.

MELO, Marcus André B. C. de (1985) *A cidade dos mocambos: Estado, habitação e luta de classes no Recife (1920/1960)*, **Revista Espaço e Debates**, Rio de Janeiro, nº 14, pp. 45-66, 1985.

MELO, V. M. de *Paisagem e Simbolismo* In: Paisagem, imaginário e espaço ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (org.) Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, pp.29-48.

MOISÉS, Massaud *A Criação Literária*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1973.

MONDADA, Lorenza & **SÖDERSTRÖM**, Ola *Du texte a l'interaction: Parcours a Travers la Geographie Cuturelle Contemporaine. Geographie et Cultures*, nº 8, pp. 71-82, 1993.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. *O Mapa e a Trama: Ensaios Sobre o Conteúdo Geográfico em Criações Romanescas*, Florianópolis, Ed. UFSC, 2002.

MORAES, Antônio Carlos R - *Geografia – Pequena História Crítica*, São Paulo, HUCITEC, 1987.

MORETTI, Franco *Atlas do Romance Europeu 1800-1900* São Paulo, Ed. Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Waldemar *Geologia da Planície do Recife*, Recife, Gráficas do Jornal do Commercio, 1942.

PANDOLFI, Dulce C. *Pernambuco de Agamemnon Magalhães*, Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1984.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, 1976.

POCOCK, Douglas *Geography and literature* In.: Progress in Human Geography v. 12, nº 1, 1988.

PREZEIS, *Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - Manual para Lideranças*, Recife, FASE-NE/Cendhec/Urb-Recife, 1997.

SANTOS, Milton *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SAUER, Carl O. *A morfologia da paisagem* In: Paisagem, tempo e cultura CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (org.) Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

SILVA, Anna Paula de O. M. *O Encontro do Pastoril com Mateus na Manguetown, ou As Tradições Populares Revisitadas por Ariano Suassuna e Chico Science*, Mestrado em Letras, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras/PUC-Rio, 2004.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

SOUSA, Alberto *O Mocambo e a Favela – Recife 1920-1990*, João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2003.

SOUZA, Cláudio M. de *Da Lama ao Caos: A Construção da Metáfora Mangue como Elemento de Identidade/Identificação da Cena Mangue Recifense*, Mestrado em Sociologia, UFPE/CFCH, Recife, 2002.

TAVARES, Hênio *Teoria Literária*, Belo Horizonte, Editora Itatícia Limitada, 1974.

TEIXEIRA, Paulo César M. *Um Passo à Frente e Você Não Está Mais no Mesmo Lugar – A Geração Mangue e a (Re)Construção de Uma Identidade Regional*, Mestrado em Ciência Política, UFPE/CFCH, Recife, 2002.

TELLES, José *O Malungo Chico Science*, Recife, Edições Bagaço, 2003.

VILLAÇA, Flávio *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute, 1998.

WILLIAMS, Raymond *Base e superestrutura na teoria cultural marxista* *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, nº 14, pp. 7-21, 2002.

Documentário:

TENDLER, Sílvio *Josué de Castro – O Cidadão do Mundo*, Bárbaras Produções, 50 minutos, 1995.

Discografia:

Banda Chico Science & Nação Zumbi, *Da Lama ao Caos*, 1994.

Banda Chico Science & Nação Zumbi, *Afrociberdelia*, 1996.

ANEXOS

ANEXO 1

Segue abaixo a transcrição de trechos dos textos escritos por Agamemnon Magalhães, publicados diariamente pela *Folha da Manhã* (FM), na qual priorizamos a grafia original e à qual acrescentamos alguns comentários sobre as argumentações do Interventor.

FM 10/05/1939
Pg. 10

“O desaparecimento do ‘Mocambo’ indica, sobretudo, justiça social, melhoramento de raça, elevação moral dos governos que o determinaram e para os povos que com tal desaparecimento foram beneficiados”.

FM 29/06/1939

“LAVADEIRAS – Assim como há uma liga contra a tuberculose, uma liga contra a mortalidade infantil, uma liga contra o analfabetismo e outras instituições, devemos fundar a liga contra os mocambos”.

FM 02/07/1939
Pg. 3

“O PEQUENO AGRICULTOR”

Nesta coluna, Agamemnon Magalhães expressa seu espanto com o fato de a população dos mocambos, proveniente em sua maioria do campo, não trabalhar em atividades agrícolas e nem cultivar em seus terrenos. Do contrário, tal população é absorvida pelas atividades secundárias terciárias, notadamente a indústria, o comércio, os ofícios e os transportes.

O camponês, segundo Agamemnon Magalhães, se urbaniza rapidamente, perdendo suas raízes, deformando-se com a atração das cidades. Nas horas de lazer, não pratica o cultivo da terra, e por outro lado, *“o mangue, a lama, o caranguejo, o siri e a ostra continuam a fixar grande parte da população nos alagados e baixios da cidade. (...) Os viveiros e curraes de peixe, que os holandeses ensinaram a fazer, ainda constituem uma forma de vida”*. O autor conclui dizendo que *“a agricultura (...) é uma das formas de combater o mocambo”*.

FM 05/07/1939
Pg. 3

“ O GOSTO PELA HABITAÇÃO – O mocambo não é só uma habitação anti-hygienica. Um mal para a saúde. É um factor psychologico de depressão social. Reduz os horizontes das aspirações de conforto da população. Tira-lhes o bom gosto. O desejo de uma casa melhor. Esse élan de uma vida mais feliz, que é a força moral das collectividades, a condição de progresso, de aperfeiçoamento, de civilização, sempre a procura de meios, que elevem a dignidade humana. (...) O conformismo é decadencia Deus deu ao homem uma razão e uma vontade para elle lutar e vencer o fatalismo das leis naturaes. O homem é adaptação, que supõe reforma de si mesmo.

Vi em vários mocambos radios installados. Se o habitante do mocambo pôde adquirir um radio a prestação, porque não compra também a prestação uma casa? É uma questão de gosto (...) pela habitação. (...) É um negocio, que depende (...) de organização, de propaganda, de facilidades para p poder acquisitivo do comprador.

A necessidade da casas existe. A sua utilidade é também indiscutível. O que falta é a iniciativa para construí-la, o que falta é adaptar um systema de

venda, que permita a sua aquisição para os que ganham pouco. O que falta, antes de tudo, é o gosto por uma habitação melhor. (...)

Promoveremos a construção da villa em meio dos alagados e dos mocambos, para mostrar o contraste e criar a ambição, o desejo de conforto e de felicidade, que só a casa dá”.

FM 09/07/1939
Pg. 3

“CONTRA O MOCAMBO - Nem a CEF, nem as companhias de seguro que operam no Estado, podem continuar indiferentes ao problema do mocambo (...).

Precisamos mobilizar todas as economias, todas as corporações, todas as iniciativas e todas as vontades para atacar por todos os flancos o poder social dos mocambos, que é uma degradação, uma vergonha, um desprezo pelas mais elementares condições de hygiene e de vida”.

FM 11/07/1939
Pg. 3

“FRENTE CONTRA O INIMIGO”

O mocambo é tratado como o principal inimigo do Recife, contra sua estética e qualidade de vida (sua beleza e a saúde da população).

“Não há maior inimigo do que o mocambo. Elle é um mal peor do que a febre amarela ou o impalutismo na baixada fluminense. É um factor permanente de depressão organica e social”.

O mocambo deve, pois, ser extinto e substituído por casas. Estas, por sua vez, são a base ideal para um bom desenvolvimento moral e familiar, no seio da propriedade privada.

FM 19/07/1939
Pg. 3

“CONCENTRAÇÃO URBANA”

Nesta coluna, o mocambo é apresentado por Agamemnon Magalhães como a causa de atração de emigrantes para a cidade. Seu combate resolveria, portanto, o problema de superpopulação do Recife e com ele, o da deficiência na oferta de serviços e empregos.

“Acabando-se, pois com o mocambo, a concentração urbana no Recife irá ajustando-se automaticamente ás necessidades da industria e dos serviços locais”.

ANEXO 2

Reproduzimos abaixo o Manifesto Mangue, publicado no encarte do 1º CD do grupo Chico Science e Nação Zumbi, intitulado *Da Lama ao Caos*.

Caranguejos com Cérebro

Mangue - O conceito

Estuário. Parte terminal de um rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra. Em suas margens se encontram os manguezais, comunidades de plantas tropicais ou subtropicais inundadas pelos movimentos dos mares. Pela troca de matéria orgânica entre a água doce e a água salgada, os mangues estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo.

Estima-se que duas mil espécies de microorganismos e animais vertebrados e invertebrados estejam associados à vegetação do mangue. Os estuários fornecem áreas de desova e criação para dois terços da produção anual de pescados do mundo inteiro. Pelo menos oitenta espécies comercialmente importantes dependem dos alagadiços costeiros.

Não é por acaso que os mangues são considerados um elo básico da cadeia alimentar marinha. Apesar das muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas-de-casa, para os cientistas os mangues são tidos como os símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza.

Manguetown - A cidade

A planície costeira onde a cidade do Recife foi fundada, é cortada por seis rios. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex) cidade "maurícia" passou a crescer desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição dos seus manguezais.

Em contrapartida, o desvairio irresistível de uma cínica noção de "progresso", que elevou a cidade ao posto de "metrópole" do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade.

Bastaram pequenas mudanças nos "ventos" da história para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem no início dos anos 60. Nos últimos trinta anos a síndrome da estagnação, aliada à permanência do mito da "metrópole", só tem levado ao agravamento

acelerado do quadro de miséria e caos urbano.

O Recife detém hoje o maior índice de desemprego do país. Mais da metade dos seus habitantes moram em favelas e alagados. Segundo um instituto de estudos populacionais de Washington, é hoje a quarta pior cidade do mundo para se viver.

Mangue - A cena

Emergência! Um choque rápido, ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico pra saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruir as suas veias. O modo mais rápido também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paraliza os cidadãos? Como devolver o ânimo deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco da energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife.

Em meados de 91 começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de idéias pop. O objetivo é engendrar um "circuito energético", capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop.

Imagem símbolo, uma antena parabólica enfiada na lama.

Os mangueboys e manguegirls são indivíduos interessados em: quadrinhos, tv interativa, anti-psiquiatra, Bezerra da Silva, Hip Hop, midiotia, artismo, música de rua, John Coltrane, acaso, sexo não-virtual, conflitos étnicos e todos os avanços da química aplicada no terreno da alteração e expansão da consciência”.